

NACIONALISMO OU PATRIOTISMO? A GÉNESE RETÓRICA DE UM FALSO DILEMA

NATIONALISM OR PATRIOTISM?
THE RHETORICAL GENESIS OF A FALSE DILEMMA

HENRIQUE JALES RIBEIRO¹

Abstract: Starting from a recent ideological and political controversy regarding the devaluation of the concept of “nationalism” in relation to that of ‘patriotism’, the author – following his own years-long investigations on the subject – historically and philosophically reframes each of these concepts from the perspective of rhetoric and argumentation. It is shown, in this context, that the arguments in question are fallacious (and even, in some applications, clearly perverse) and a radical and provocative reformulation of the aforementioned concepts and the controversy involved is proposed – a reformulation which, eventually and at best, may give rise to a new historiography on the subject.

Keywords: Ideology; nation-state; nationalism; patriotism; rhetoric.

Resumo: Partindo de uma controvérsia ideológica e política recente quanto à desvalorização do conceito de “nacionalismo” perante o de “patriotismo”, o autor – na sequência das suas próprias investigações sobre o assunto nos últimos anos – reenquadra histórica e filosoficamente cada um desses conceitos na perspectiva da retórica e da argumentação. Mostra-se, nesta perspectiva, que os argumentos em causa são falaciosos (e até mesmo, em algumas

Résumé: Partant d’une récente controverse idéologique et politique concernant la dévaluation du concept de “nationalisme” par rapport à celui de “patriotisme”, l’auteur – suite à ses propres recherches sur ce sujet depuis plusieurs années – recadre historiquement et philosophiquement chacun de ces concepts dans la perspective de la rhétorique et de l’argumentation. Dans cette perspective, il est démontré que les arguments en question sont fallacieux (voire même,

¹ Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras. Professor associado, com agregação, do Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação. Email: jalesribeiro@gmail.com
ORCID: 0000-0002-9272-940X

aplicações, claramente perversos) e propõe-se uma reformulação radical e provocadora dos conceitos referidos e nessa controvérsia envolvidos – reformulação essa que, eventualmente e na melhor das hipóteses, pode originar uma nova historiografia sobre o assunto.

Palavras-chave: Estado-nação, ideologia, nacionalismo, patriotismo, retórica.

dans certaines applications, clairement pervers) et une reformulation radicale et provocatrice des concepts mentionnés et de la controverse impliquée est proposée – une reformulation qui, éventuellement et dans le meilleur des cas, pourrait donner lieu à une nouvelle historiographie sur ce thème.

Mots-clés: État-nation, idéologie, nationalisme, patriotisme, rhétorique.

Le patriotisme est l'exact contraire du nationalisme: le nationalisme en est la trahison. En disant "nos intérêts d'abord et qu'important les autres!", on gomme ce qu'une Nation a de plus précieux, ce qui la fait vivre: ses valeurs morales.

E. Macron, 11 de novembro de 2018, Paris, Twiter from Iphone.

A nossa pátria é história, é memória, é língua, é alma, é sucesso e fracasso, heróis, líderes, mas é muito mais do que isso: é povo. (...) Sem o povo, sem a arraia-miúda, de que falava Fernão Lopes, não teria havido o Portugal que temos. Porque foi o povo que morreu aos milhares na conquista do território, que partiu em cascas de noz pelos oceanos, para o desconhecido (...).

M. Rebelo de Sousa, 10 de junho de 2022, imprensa diária.

1. Introdução: o problema

Duas ou três palavras para introduzir o título e tema deste artigo. Há alguns anos, aprofundando a problemática do nacionalismo vs universalismo em filosofia – mais precisamente a questão de saber em que medida poderão existir filosofias nacionais lado a lado ou concomitantemente com as transnacionais e as tradições filosóficas propriamente ditas – argumentei, concluindo, que essa questão estaria nas agendas a breve trecho, numa perspetiva social, cultural e política, dos espaços públicos ocidentais de maneira geral.² Na altura, tendo

² Veja-se H. Ribeiro, *Filosofias Nacionais, Transnacionais e Tradições Filosóficas no Século XXI* (Lisboa: Edições Esgotadas, 2018).

em mente as amplas conexões ideológicas do assunto, eu tinha em vista especialmente a colocação da referida problemática e na perspectiva mencionada naqueles países do leste europeu que adquiriram a sua independência na sequência do fim da URSS, mas também outros casos, mais recentes, como o da Catalunha, em Espanha, ou o de algumas províncias/regiões italianas. A saída da Inglaterra da UE (o chamado “Brexit”) ainda não tinha ocorrido, mas, seja como for, só veio confirmar o meu vaticínio filosófico. O caso, mais recente, da invasão da Ucrânia pela Federação Russa ilustra igualmente, a seu modo, um tal vaticínio. No dos países do leste europeu, por exemplo, o problema que se colocou (aí incluindo o da existência de uma filosofia tipicamente nacional) foi: em que é que consiste a nossa própria identidade social, cultural e política, por contraposição a uma identidade alienada com a URSS? A questão não é apenas: em que medida é que aqueles fatores que estão na origem da reivindicação por parte de uma dada comunidade (ou comunidades) que pode(m) e deve(m) constituir um Estado-nação, designadamente, possuir uma língua própria e, sobretudo, uma sociedade e cultura historicamente sedimentadas, são legítimos e suficientes para o efeito (como é o caso, recentemente, da Ucrânia)? Mas deve ser colocada a montante: como é que se pode defender e concluir que os valores sociais, culturais e políticos invocados para a identificação de um Estado-nação qualquer, como tal, são esses e não quaisquer outros? Como é que se podem dirimir conflitos de interpretação a este respeito, como aqueles que ocorreram na Catalunha (até, pelo menos, 2021) e ocorrem agora com a invasão da Ucrânia pela Rússia? Estas questões convidam-nos a prosseguir ainda mais no caminho a montante e a interrogarmo-nos, como eu próprio fiz em alguns trabalhos, sobre o problema de saber *como e porque é que* se conclui que os valores em causa estão na base da aludida identificação.³ O que me interessa aqui, neste artigo, não é precisamente um questionamento no âmbito da filosofia política, que já foi feito por uma vasta literatura desde a Grécia e a Roma antigas aos nossos dias.⁴ Mas, sem o excluir e se tal é possível, a sua recolocação no quadro de uma abordagem proveniente da própria retórica.

É com este reenquadramento que pretendo analisar a controvérsia, mais ou menos recente, entre nacionalismo vs patriotismo. Digo “recente”, porque – sendo certo que pode ser projetada na história das ideias políticas (como tem acontecido) – ela, como se verá, só é compreensível depois de se ter compreendido e assimilado o facto de o conceito/termo de “nacionalismo” estar, em grande parte, erodido e enfraquecido, na Europa e no ocidente de

³ Veja-se H. Ribeiro, “Utopia, Ideology, and Philosophy”, in: *Conceiving Virtuality: From Art to Technology*, ed. J. Braga (Springer, 2019), 1-20.

⁴ Sobre essa bibliografia, veja-se Ribeiro, *Filosofias*, cap. 1, pp. 17-57. Outra bibliografia relevante será citada neste artigo.

maneira geral, devido quer à globalização quer às suas implicações ideológicas e políticas nefastas, no passado e no presente, com as chamadas “extrema-direita” e “extrema-esquerda”. A teoria, que tem sido disseminada nos últimos anos pelos adversários dos extremos referidos na sequência de declarações recentes do Presidente francês E. Macron,⁵ parece assentar nos seguintes pressupostos, que se podem encontrar difusa e confusamente na própria “web”: (1) todo o nacionalismo é mau porque (a) suporta os regimes autoritários, rejeitando, à partida e tendencialmente, os democráticos; (b) conduz à rejeição da boa colaboração entre os diferentes Estados-nação ela mesma e, mais uma vez, tendencialmente pelo menos, (c) ao expansionismo do Estado-nação para fora dos seus limites territoriais; por fim, (d) não é, em última análise, “patriota”, quer dizer, não se identifica com os valores supremos e “sagrados” do Estado-nação a que se refere. Existe uma ampla retórica subjacente a), b) e c), que é muito complexa, histórico-filosoficamente falando, porque o assunto tende a ser projetado, em França sobretudo, na história das ideias sociais, culturais e políticas, sobretudo depois da Primeira Grande Guerra Mundial, acomodando erros e interesses instalados, por parte da governação francesa, desde essa altura.⁶ Seja como for, quando ele é aplicado ao mundo contemporâneo, há muitas ambiguidades, que estão longe de ser meramente semânticas. Por exemplo, fala-se geral e eufemisticamente, no caso do nacionalismo, em “regimes autoritários”, quando esses regimes são, para todos os efeitos, “ditaduras” (embora possam não corresponder ao perfil clássico, europeu e ocidental, das mesmas). Deste ponto de vista, haverá diversas formas ou tipos de nacionalismo ao longo da referida história das ideias, aí incluindo aqueles em que a sua distinção com o “patriotismo” é indiscernível (como já foi objetado contra os defensores da distinção nacionalismo vs patriotismo). Por outro lado, quanto ao expansionismo dos nacionalismos (que parece aplicar-se, por exemplo, à invasão da Ucrânia pela Rússia), note-se o efeito retórico poderoso do contraste entre clausura, fechamento ou confinamento ideológico do Estado-nação consigo mesmo e, pelo mesmo diapasão, “imperialismo”, quer dizer, violação das identidades

⁵ Sobre essas declarações, já citadas em epígrafe neste artigo, veja-se *YouTube* (26/04/2017), “Patriotisme, nationalisme: quelles différences?” URL: <https://www.youtube.com/watch?v=b6-oadLE1Gk> O assunto deu lugar a inúmeros comentários na “web”. Veja-se, por exemplo, do lado francês, A. T. Dambrine, “Patriotisme et nationalisme: une dichotomie?”, *Idées: la culture général* (28/04/2021). URL: <https://www.laculturegenerale.com/difference-patriotisme-nationalisme/> Do lado português, veja-se J. Morgado, “Patriotismo vs nacionalismo”, *mediotejo.net* (27/03/2019). URL: <https://mediotejo.net/patriotismo-vs-nacionalismo-por-joao-morgado/> Textos consultados em maio de 2022.

⁶ Neste sentido, a propósito da história da Segunda Grande Guerra, veja-se C. de Gaulle, *Le patriotisme c'est aimer son pays. Le nationalisme c'est détester celui des autres. Citations de Charles de Gaulle*. Independently published, 2020. Quanto à Primeira, veja-se F. Strowski, *Nationalisme ou patriotisme* (Paris: B. Grasset, 1933).

ideológicas e territoriais dos outros Estados-nação. A contradição é meramente aparente e pode ser interpretada, em termos hegelianos (que não são irrelevantes), dialeticamente.⁷

Agora, (2) um patriota, sob pena de *contradictio in adjecto*, não é (nem pode ou deve ser) nacionalista (nem vice-versa). Mas o que seja o patriotismo ele mesmo é algo que fica por explicar, a não ser pela negativa e romaticamente como Strowski tinha feito no início dos anos trinta em *Nationalisme ou patriotisme*. Particularmente, é algo que fica por explicar nos tempos hodiernos da globalização. Porque um “patriota” há de ser um defensor ferveroso do respetivo Estado-nação e, nesta precisa medida, “nacionalista”. A objeção será: “patriota” mas não “nacionalista”, de acordo com aquilo que foi dito em a), b) e c). E uma tal objeção parece fazer sentido dada a forte carga semântica histórica, especificamente, do conceito de patriotismo.⁸ Em todo o caso, por vezes a oposição entre nacionalismo e patriotismo é levada tão longe que parece não existir qualquer comprometimento ou afinidade entre os dois conceitos. Mas é muito claro que um tal comprometimento existe e é corrente na retórica política, como mostra o discurso de Sua Exc.^a o Presidente da República de Portugal no dia 10 de junho de 2022 (“Dia de Portugal”), que voltamos a citar mais extensa e livremente:

A nossa pátria é história, é memória, é língua, é alma, é sucesso e fracasso, heróis, líderes, mas é muito mais do que isso: é povo. (...) Sem o povo, sem a arraia-miúda, de que falava Fernão Lopes, não teria havido o Portugal que temos. Porque foi o povo que morreu aos milhares na conquista do território, partiu em cascas de noz pelos oceanos, para o desconhecido (...).

São os milhões e milhões de portugueses de carne e osso que fizeram Portugal, que fazem Portugal, que farão Portugal. Foi o povo português que deu o que tinha e o que era sempre Portugal. Foi o povo português que cruzou oceanos e fez dos oceanos a nossa nova terra de futuro (...).

É o povo português que tudo isso e muito mais faz, resistindo a pandemias globais, a crises mundiais e nacionais, construindo impérios com menos de um milhão de pessoas e, depois de acabados esses impérios, deixando pedaços de si, tantas vezes os mais corajosos, os mais sonhadores, os mais resistentes, em todos os cantos da terra (...).⁹

⁷ A respeito desta interpretação, veja-se Ribeiro, *Filosofias*, cap. 1. E ainda: H. Ribeiro, “Nacionalismos e filosofia”, in: J. Meirinhos, V. Rodrigues & V. Guerreiro (Eds.), *A Filosofia em Discussão* (Covilhã: Praxis, 2022), 701-722.

⁸ Veja-se F. Catroga, “Pátria, nação, nacionalismo”, in: L. R. Torgal, F. T. Pimenta & J. S. Sousa (Coord.), *Comunidades Imaginadas: Nação e Nacionalismos em África* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008), 9-39. E E. Gellner, “Le nationalisme en apesanteur”, *Terrain: Anthropologie & Sciences Humaines* 17 (1991), 7-16.

⁹ Veja-se uma reprodução integral do discurso em RTP NOTÍCIAS (10/06/2022),

Assinale-se, desde já, a magnífica embebência retórica das metáforas utilizadas: “arraia-miúda” (o povo, numa aceção proto-histórica que remonta, em Portugal, aos séculos XIV-XV, sugerindo intemporalidade) por comparação com arquétipos metonímicos como “heróis” e “líderes”, à qual estarão associadas a língua, alma e memória e outros arquétipos caracteristicamente ideológicos; “cascas de noz” (as chamadas “caravelas”), por contraste com a imensidão e perigos inerentes às descobertas marítimas; “milhões e milhões de portugueses de carne e osso” por associação/contraste com os supostos “líderes” do povo português ao longo dos quase 2 milénios da independência de Portugal, etc. Assinale-se, ainda, a projeção do que é suposto ser a identidade do nosso Estado-nação face, por exemplo, à COVID-19 e a outros tipos de desafios internacionais. Voltarei ao assunto, mais adiante, quando me ocupar daquilo a que chamarei “os arquétipos retóricos da identidade do “Estado-nação”, porque esse tipo de arquétipos é comum aos Estados-nação de maneira geral, muito embora a sua corporização ou concretização seja variável (Estado a Estado).

O ponto essencial, tanto no caso do nacionalismo como do patriotismo, é que não se abandona a ideia de Estado-nação como enquadramento ideológico e político para as diferentes sociedades e culturas. O que conduz às maiores ambiguidades semânticas e filosóficas, sobretudo quando se trata de exemplificar os conceitos-termos em causa. Um regime “democrático” de um dado Estado-nação, por exemplo os Estados Unidos da América, pode ser expansionista e imperialista, contra o que foi dito, mais acima, em c) e sugerido em b), violando a autonomia e independência de outros Estados-nação a pretexto da defesa dos seus próprios valores supremos como Estado-nação (e isto aconteceu e continua a acontecer recorrentemente da segunda metade do século XX aos nossos dias). Na verdade, o que parece acontecer é que a defesa do chamado “patriotismo”, por via da contestação do nacionalismo, constitui uma manobra retórica muito recente, por parte de algumas autoridades proeminentes, designadamente europeias e francesas, para salvar aquilo que é possível salvar do Estado-nação ou, se se preferir, de um “bom nacionalismo” nos tempos hodiernos da internacionalização e globalização. Mas não é fácil abandonar a retórica do nacionalismo, sob pena de se esboroar completamente o que é suposto constituir a identidade do próprio Estado-nação em apreço. O que seria – para ser muito frontal – uma verdadeira tragédia. O efeito de uma tal mudança provavelmente levaria a que o próprio conceito de patriotismo se esboroasse como um castelo feito apenas com areia. Isto explica porque é que a problemática nacionalismo vs patriotismo ainda

“Discurso de Marcelo no 10 de Junho”. URL: https://www.rtp.pt/noticias/pais/discorso-de-marcelo-no-10-de-junho-sem-o-povo-nao-teria-havido-o-portugal-que-temos_v1412335 (consultado em 15 de junho de 2022).

não tenha tido grande impacto, de maneira geral, na generalidade dos países europeus e ocidentais, como exemplificam os casos de Portugal e de outros países europeus. Não é fácil abandonar a retórica do nacionalismo como mostra a luta política, especialmente em tempos de eleições. Mas também não o é, por razões políticas, abandonar a retórica do patriotismo se os nossos adversários são nacionalistas da extrema-direita ou da extrema-esquerda. As duas retóricas estão estreitamente relacionadas entre si, sendo certo que o conceito de “patriotismo”, dadas as suas origens históricas e a evolução do conceito de Estado-nação (particularmente) da Roma antiga aos nossos dias, parece ter a primazia. Na verdade, a problemática do nacionalismo e/ou da constituição dos Estados-nação só aparece verdadeiramente – pelo menos, numa perspetiva histórico-filosófica – na segunda metade do século XIX, como mostram, designadamente, os casos da Alemanha e da Itália. Portanto, o que é necessário verdadeiramente discutir – numa perspetiva retórica, como se disse – é o conceito-termo de “patriotismo”. A controvérsia entre nacionalismo e patriotismo parece assentar naquilo a que a retórica chama “a falácia do falso dilema”, isto é, a falácia que consiste em ter que se escolher, forçosamente, uma entre duas coisas aparentemente diferentes e alternativas, como se elas não estivessem relacionadas e não existisse uma terceira (ou qualquer outra) possibilidade. É uma falácia comum, que pode ser utilizada, como armadilha, na nossa argumentação de maneira geral.¹⁰

¹⁰ Um “falso dilema” constitui uma opção entre duas posições assertivas e alternativas sobre um dado assunto em disputa, como se não existisse qualquer outra escolha. Tem de se escolher entre X e Y, como se X fosse verdadeiro e Y falso, ou vice-versa, e não existisse alternativa, por exemplo “W”. Do ponto de vista da lógica, apela-se para a chamada “disjunção exclusiva”; não obstante os termos da disjunção possam ser simultaneamente verdadeiros ou simultaneamente falsos. Neste último caso, o que decide é o contexto. Portanto, o “falso dilema” é um argumento falacioso, que Aristóteles já identificava num pequeno tratado chamado *Refutações Sofísticas*. “A zebra é branca ou preta?”, é um exemplo de disjunção exclusiva falaciosa. Mas a pergunta “Tu és crente ou ateu?”, dependendo do contexto, também pode ser uma pergunta falaciosa se nos dirigirmos a alguém que seja agnóstico, isto é, que defenda que não é nem uma coisa nem outra, pela simples razão de ter concluído, depois de refletir, que não é possível responder assertivamente a essa questão. Qualquer uma destas versões do argumento falacioso é frequentemente utilizada na vida quotidiana e mesmo na própria prática jornalística, por vezes sem que haja qualquer intenção maliciosa por parte de quem as sustenta. Por exemplo: a pergunta “capitalismo ou comunismo?” hoje em dia é falaciosa, pela simples razão de que, em contraste com o que acontecia até aos anos oitenta do século passado, existem regimes políticos que se intitulam “comunistas”, como é o caso da China, mas têm um sistema económico capitalista. Para enfrentar este tipo de questões, é preciso saber alguma coisa de retórica – e eu não estou certo de que tal aconteça geralmente na aludida prática (muitos casos há, correntemente, de perguntas falaciosas no âmbito jornalístico, que me dispense de comentar).

2. O tabu retórico da identidade do Estado-nação

Um ponto crucial em toda esta problemática, na perspectiva da retórica, é que a questão de saber o que é que constitui a identidade do nosso próprio Estado-nação não é uma questão *discutível* ou *dialética*, quer dizer, não é matéria – geralmente e como regra – de conflitos de interpretação. Uma boa parte das constituições dos diferentes Estados-nação, no plano global, e as respetivas subsequentes legislações civis e penais, dispõem de mecanismos que visam proibir e condenar qualquer tipo de ofensa ou crítica aos símbolos políticos dos chamados “valores da pátria” (a bandeira e o hino, designadamente), cujo significado se começa por aprender, significativamente, quando se frequenta o ensino básico, isto é, *quando precisamente não podem ser devidamente apreendidos e discutidos*. Em todo o caso, fazem parte da construção da identidade do Estado-nação e, como se verá, da construção da identidade de cada pessoa ou cidadão. Quando digo que esses valores não são discutíveis porque não são criticados, quero dizer, desde logo, que aparentemente são valores consensuais, respeitados pela generalidade dos quadrantes políticos, sendo certo que, à partida, são histórica e ideologicamente contextuais – surgiram num dado enquadramento social, cultural e político, e não num outro qualquer. “A nossa pátria”, no ano de 2022, não é seguramente a pátria do Estado ou a pátria da 1ª República, para já não falar das pátrias monárquicas mais ou menos remotas, embora tenha alguns aspetos em comum com cada uma delas e todas elas no seu conjunto. Algo de similar poderia ser dito das outras pátrias (pelo menos as tão anciãs como a portuguesa). Mas também quero dizer que a linha divisória que separaria a crítica intelectual (ou a contestação) feita com boa-fé da ofensa ou do dolo propriamente dito (caso em que uma tal crítica acabaria nos bancos dos tribunais) não é clara ou completamente inteligível, como mostram alguns episódios relativamente recentes em Portugal.

Num deles, por ocasião da grave crise financeira vivida no período da chamada “troika”, entre 2010 e 2014, alguém, desconhecido, pendurou a bandeira de Portugal, em local público, por cima de uma forca improvisada, o que levou a uma acusação judicial por crime, depois de uma denúncia do incidente.¹¹ Feitas as devidas investigações, concluiu-se pela ausência do mesmo, considerando que o autor era um artista, que pretendia simplesmente – não ofender os símbolos sagrados da pátria – chamar a atenção, metafórica e analogicamente, para as consequências da aludida crise. De uma certa

¹¹ Sobre o assunto e mais uma vez apelando para as redes sociais, veja-se o editorial do jornal *Público* (29/06/2014), “Tratar ou destratar a bandeira nacional”. URL: <https://www.publico.pt/2014/06/29/sociedade/editorial/tratar-ou-destratar-a-bandeira-nacional-1660924> (consultado em maio de 2022).

forma, o argumento da arte sobrepôs-se ao do crime, por isso querendo eu dizer que não estava em causa propriamente uma ofensa à bandeira, mas o futuro trágico do Estado-nação que ela simboliza. Por outras palavras, a bandeira nacional saiu finalmente prestigiada de todo este incidente. De resto, o mesmo já tinha acontecido, *alegadamente*, num episódio similar e/ou análogo, antes da instauração da democracia representativa em Portugal, quando um ex-Presidente da República, supostamente, teria pisado ostensivamente a bandeira portuguesa numa manifestação de protesto, em Londres e em 1973, contra o regime autoritário e/ou ditatorial de Marcelo Caetano.¹² Pisar a bandeira, independentemente da alteração de regime político, que aconteceu um ano depois, em 1974, significaria, aparentemente, não precisamente querer destruir esse mesmo regime – numa época de grande contestação do mesmo (no estrangeiro, sobretudo), que iria conduzir, a breve trecho, à reinterpretação e reformulação dos valores sociais, culturais e políticos associados à bandeira nacional – mas, outrossim, uma ofensa à própria pátria portuguesa. Como se verá, as bandeiras nacionais são, na verdade, arquétipos fundamentais da identidade proto-histórica do Estado-nação português e dos Estados-nação de maneira geral. Ofendê-los ou discuti-los criticamente pode significar pôr em questão as próprias identidades nacionais em causa.¹³

Agora, uma vez que é suposto que os dirigentes políticos máximos de um dado Estado-nação encarnam os “valores da pátria”, que lhes compete precisamente promover, a contestação desses valores arriscaria configurar uma contestação da respeitabilidade devida a esses dirigentes pelas próprias constituições dos Estados-nação e, muito particularmente, causar “alarme social”. Mas, como se sugeriu mais acima, o problema fundamental consiste em que essa contestação poderia tornar-se numa rejeição daquilo que, em princípio, constitui a nossa própria identidade como Estado-nação e, por esta via, pôr em causa a existência, implosivamente, desse mesmo Estado. Por exemplo, parece existir em alguns casos (como é o caso do português) uma contradição entre os valores da pátria consagrados pelos respetivos símbolos (hino e bandeira), que datam, em parte e diferenciadamente, da instauração da Primeira República (1910), e os valores civilizacionais mais hodiernos adquiridos no contexto da globalização e, em particular, da pós-modernidade

¹² G. Sampaio, “Em Londres, Mário Soares pisou, cuspiu ou queimou a bandeira nacional em 1973?”, *Polígrafo: o primeiro jornal português de ‘fact-checking’* (04/01/2019). URL: <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/mario-soares-pisou-cuspiu-ou-queimou-a-bandeira-nacional-em-1973> (consultado em maio de 2022).

¹³ Veja-se C. Pereira, “Vestir a bandeira de Portugal – nacionalismo, vergonha ou desuso”, *Diferencial: o jornal dos estudantes do IST* (janeiro de 2021). URL: <https://diferencial.tecnico.ulisboa.pt/artigo/vestir-a-bandeira-de-portugal-nacionalismo-vergonha-ou-desuso/> (consultado em maio de 2022).

européia e ocidental. Aí (nessa contradição) se incluem aqueles valores que, até certa altura, estiveram na base do chamado “nacionalismo” (por exemplo, a defesa do militarismo), hoje em dia geralmente contestados, mas, num passado recente, geral e pacificamente aceites. Discutir e aprofundar esse tipo de inconsistências, a que se aludiu, publicamente, se tal fosse viável, poderia significar ter de mudar de valores e de símbolos – o que seria, como já se enfatizou, catastrófico. De onde, retoricamente falando, o tabu da identidade e o aparento consenso, que não significa necessariamente aprovação. A este respeito, aplica-se o que Perelman (autor do *Traité de l’argumentation*) começou por dizer, nos anos sessenta do século passado, quando defendeu que *as teses ou alegações em causa na retórica são construções*: quem quer que seja que queira persuadir outrém, tem de partir de premissas previamente aceites pelo auditório/audiência a que se dirige, sob pena de ininteligibilidade ou, como parece ser o caso de que nos ocupamos, de manifesto desagrado e repulsa, quando não mesmo de revolta.¹⁴ Mas a retórica, como já defendi academicamente noutros lados, não pode deixar de ser subversiva.¹⁵ Nas páginas que se seguem vou procurar fornecer algumas das aludidas premissas.

2.1. Arquétipos e proto-história da identidade do Estado-nação

A identidade de cada Estado-nação parece ter na sua génese numa proto-história, mais ou menos ideal, e respetivos arquétipos, que configuram narrativamente os respetivos “valores morais”. Mais à frente vou defender, por um lado, que essa identidade é essencialmente utópica – o que não significa que seja menos real ou menos substantiva do que qualquer outra entidade que é suposto existir efetivamente – e que ela não é uma entidade subsistente *per se* mas, essencialmente, um *contracto* ou *uma construção retórica efectuada ao longo da história do Estado-nação*, quer dizer, varia ao longo dessa história. O mesmo, vê-lo-emos, poderemos dizer daquilo que é suposto ser a identidade de qualquer pessoa. O meu conceito de “construção retórica” remonta ao *Traité de l’argumentation*, já aqui citado, mas envolve outras contribuições filosóficas, indiretas e diversas, entre as quais me permitirei incluir a da conceção de C. Jung sobre os “arquétipos culturais” no âmbito da psiquiatria, a de T. Kuhn sobre a ciência, ou a minha, já aqui referida. Entre os arquétipos, a que aludi acima, figuram, sinteticamente:

¹⁴ Veja-se C. Perelman & L. Olbrechts-Tyteca, *La nouvelle rhétorique: Traité de l’argumentation* (Paris: Presses Universitaires de France, 1958).

¹⁵ H. Ribeiro, *Argumentação, Pensamento Crítico e Filosofia (e outros Ensaios)* (Lisboa: Edições Esgotadas, 2ª edição, 2020).

- A) A existência de uma comunidade ou comunidades específicas, distinta(s) de outra(s), e que suporta(m) a defesa do Estado-nação (o chamado “povo”).
- B) A luta pela conquista, autonomia e independência do território geográfico que enquadra esse mesmo Estado.
- C) O militarismo ou a defesa do apelo para a guerra associado a essa luta.
- D) A partilha de uma língua ou línguas comuns e de um conjunto de valores sociais, culturais e políticos (aí incluindo os religiosos) associados a estes ou àqueles contextos que é suposto conferirem identidade, por analogia, à história do referido Estado, tal como ele foi configurado em A), em B) e em C).
- E) Uma bandeira e um hino, que consagram simbólica e paradigmaticamente esses mesmos valores.

Estudar atentamente estes arquétipos implicaria fazer um autêntico “atlas” dos conceitos de patriotismo e nacionalismo – o que, evidentemente, não é possível fazer neste artigo, nem, por outro lado, é minha ambição –, em contraste com a literatura (histórica, filosófica, sociológica, etc.) mais ou menos parcial sobre os mesmos, porque essa ambição implicaria fazer uma investigação interdisciplinar sobre eles. Em todo o caso, estão na base, direta ou indiretamente, das chamadas “cidadania” e “identidade” com um dado Estado-nação, designadamente, da aquisição de nacionalidade por parte de imigrantes de outros Estados-nação – que varia de Estado para Estado, do Ocidente ao Oriente. Essa aquisição – não necessariamente a nacionalidade adquirida por razões geográficas e biológicas – significará fundamentalmente em que é que consiste, finalmente, a identidade nacional de cada cidadão. Por outras palavras, a estratégia intelectual é: discutir a questão da identidade com um dado Estado-nação na perspectiva de quem, como imigrante, a queira obter como cidadão proveniente de outro Estado-nação.¹⁶

Agora, o nosso grande problema, à partida, consiste em saber com o que é que estamos a lidar, quando se fazem abordagens como as de Habermas, nos artigos já citados. Tome-se, como medida de comparação para o desafio em causa, as quase duas centenas de países que, atualmente, constituem a ONU, independentemente dos respetivos regimes políticos (se são “democracias” ou não) e procuremos fazer uma classificação adequada. Deparamo-nos com

¹⁶ Parece ser a estratégia desenvolvida por J. Habermas em “Citizenship and National Identities” (Appendix II, 1990), in *Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy*, transl. W. Rehg (Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1996), 491-515. Veja-se ainda, no mesmo livro, “Popular Sovereignty as Procedure” (Appendix I, 1988), 463-489.

múltiplos, diversos e discutíveis casos, do ponto de vista histórico-político propriamente dito, a respeito dos quais abordagens como as do grande filósofo alemão, parecem ser (pelo menos) parciais e especulativas. O problema é que eleger um critério filosófico para lidar com as disparidades desses casos (por exemplo, Estados que serão “democráticos” ou não) parece ser completamente inapropriado, como veremos já de seguida; e eleger um critério puramente histórico-político, por outro lado, é inevitavelmente defeituoso: não nos permite dar conta da singularidade e especificidade de cada caso. Não vale a pena regressar a Rousseau e a outros filósofos no passado para justificar, filosoficamente falando, a questão da soberania. Essa questão é essencialmente política, pós-moderna e contemporânea. *O meu ponto é que não há lógica nenhuma, a nível global, subjacente à constituição dessas quase duas centenas de Estados que atualmente fazem parte da ONU*, com a exceção daquela (lógica) que passará pela história das ideias sociais, culturais e políticas, nela incluindo, à cabeça, quer a Primeira quer a Segunda Grande Guerra Mundial; o que, em todo o caso, não nos permite ultrapassar e superar o relativismo consequente de toda esta problemática situação. Uma classificação histórico-política eventual *e sem mencionar casos nacionais específicos*, poderia ser:

- 1) Os de Estados-nação multisseculares (com dois ou mais séculos de existência) histórica e sociologicamente consolidados, independentemente do alargamento ou diminuição dos seus limites territoriais e/ou geográficos depois de se constituírem.
- 2) Os de Estados cuja constituição data do século XIX, muito embora tenham fundações sociais, culturais e políticas muito fortes e multisseculares antes dessa constituição.
- 3) Os de Estados cuja constituição se segue ao fim da Primeira Grande Guerra Mundial (1914-1918), mas também com fundações sociais, culturais e políticas muito fortes e multisseculares antes dessa constituição.
- 4) Os de Estados cuja constituição e reconhecimento oficial acontece, direta ou indiretamente, a seguir à Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945), sendo certo que têm o mesmo tipo de fundações a que já se aludiu.
- 5) Os de Estados, com um tipo de fundações similar, que foram invadidos pela Rússia na sequência dessa guerra e readquiriram a sua independência e soberania no princípio dos anos noventa (como é o caso de alguns países da ex-URSS).
- 6) Os de Estados que, mais recentemente, na sequência do fim da URSS (mas fora do espaço geográfico e colonizador dessa União) e das respetivas consequências quanto à geopolítica mundial, se tornaram independentes e foram oficialmente reconhecidos pela ONU.

- 7) Os de Estados caracteristicamente multiétnicos ainda hoje em dia, como é o caso de vários países africanos e de outros, na ásia meridional, que só foram constituídos depois do fim da colonização (no século XX) por parte de potências europeias e ocidentais, adotando, em alguns casos, como primeira ou segunda língua, a língua dessa(s) potência(s).
- 8) Os dos Estados que, aparentemente, não possuem uma identidade social e cultural própria e distinta da de outros Estados congêneres, de acordo com os arquétipos mais acima referidos (designadamente, os da cultura e da língua), e que resultam – particularmente depois da Segunda Grande Guerra – da geopolítica colonizadora das grandes potências ocidentais.
Excecionalmente, nesta classificação podemos incluir:
- 9) Os casos de comunidades regionais e/ou nacionais que reclamam, há décadas e por razões étnicas ou quaisquer outras, a sua independência face aos Estados-nação em que se encontram politicamente integradas, à luz do que foi dito anteriormente quanto aos “arquétipos retóricos”, mas que agem ativamente no espaço público mediatizado.

Como se pode constatar, o panorama e/ou a tipologia histórico-política dos Estados-nação contemporâneos é extraordinariamente complexo/a e (à partida) muito confuso/a. *É óbvio que alguns tipos se cruzam estreitamente entre si.* Descrever, caso a caso, esse panorama e/ou tipologia, é algo que não é meu propósito nem está ao meu alcance neste artigo. Mas, fazê-lo, só provavelmente agravaria a confusão da babel dos Estados-nação acima delineada. O meu objetivo, a que já aludi, passa pela defesa da seguinte tese. Em termos globais ou cosmopolitas, não há nenhuma “lógica” ou “sentido racional comum” à constituição dos diferentes Estado-nação (ocidentais e orientais); ou melhor, a existir, como se disse, ela confunde-se com a própria história das ideias sociais, culturais e políticas, de maneira geral. Aqui ou neste ponto, as épocas que se seguem à Primeira e à Segunda Grande Guerra Mundial desempenharam um papel crucial, porque novas ordens internacionais surgiram depois dessas guerras. Em todo o caso e filosoficamente falando, como mostrei noutros lados, a existir um “sentido racional comum”, depois das guerras a que aludi, ele consistirá *na ausência de qualquer matriz enquadradora e unificadora dos Estados-nação perante a avassalora fragmentação e relativismo com que nos confrontamos.*¹⁷ Em princípio, todas as formas de organização social, cultural e política estão no mesmo plano; nenhuma será superior às restantes; cada uma delas terá a sua especificidade social, cultural e política própria sem verdadeiro termo de comparação com

¹⁷ Veja-se Ribeiro, *Argumentação*, 13ss.

as demais, como, de resto, consta dos princípios orientadores da UNESCO.¹⁸ De forma que a regra desta organização intergovernamental, por princípio, é o nacionalismo. Em última análise, o regime político dos Estados Unidos da América, por exemplo, estará no mesmo plano do da República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte) ou da República Islâmica do Irão. Não serve mais de paradigma para a organização social, cultural e política dos restantes Estados-nação a nível global – contra aquilo que defendeu Habermas em textos já citados. De onde decorre que a própria democracia, como regime político, não é mais, por muito que queiramos, um paradigma para a organização de qualquer Estado-nação. Por todas estas razões, vou limitar-me, nesta secção, a estabelecer algumas conexões, na perspetiva da retórica, entre os arquétipos, de que falei acima, e os tipos histórico-políticos de Estados-nação que elenquei logo a seguir.

A etnicidade não é necessariamente um pressuposto de A), mas pode estar-lhe associada, como aconteceu em Portugal durante o Estado Novo no contexto do colonialismo, quando o “Dia de Portugal” era concebido como o “Dia da Raça” (“slogan” esse que, aparentemente, não tinha qualquer intuito racial, antes pelo contrário, mas, justamente por isso, era racial), mas deixou de estar depois de 1974 e da instauração de democracia representativa. Qualquer um dos Estados referidos tem indiscutíveis fundações étnicas ou raciais. Em todo o caso, esse pressuposto sofreu, por razões filosóficas e a partir da segunda metade do século XX no Ocidente de maneira geral, uma erosão aparentada à do próprio conceito de nacionalismo (sobre a qual direi alguma coisa mais adiante); nos regimes democráticos passou, retoricamente falando, a estar associado às ideias de discriminação e de exclusão (não se pode ser discriminado ou excluído por razões étnicas), como prova, *a contrario*, o caso da etnia judaica. Em todo o caso e como já foi dito em 9), continua a ser frequente por parte de várias comunidades étnicas, que não se sentem satisfeitas com o Estado-nação em que estão integradas, reclamar autonomia e independência desse Estado justamente por constituírem culturas próprias ou diferenciadas das demais (o que acontece atualmente, por exemplo, com algumas etnias, como a curda, que se encontra fragmentada em vários Estados, e outras, enquadradas, designadamente, na República Popular da China). Por outro lado, o pluralismo étnico ou a multietnicidade, da parte de alguns Estados-nação, como os referidos em 7), levanta problemas aparentemente incontornáveis, na medida em que alguns deles, por forma a se constituírem como tal, tiveram de adotar como língua nacional e comum, precisamente a do Estado-nação colonizador. O facto é extraordinariamente fragilizador e empobrecedor quanto à questão retórica da identidade, porque, em síntese, língua é cultura. Alguns Estados-nação são caracteristicamente

¹⁸ Veja-se United Nations: Academic Impact, “UNESCO: Education, Science and Culture”. URL: <https://www.un.org/en/academic-impact/unesco> (consultado em maio de 2022).

multiétnicos, seja porque tal aconteceu desde o início, aquando das respetivas constituições (é o caso, que acabo de mencionar, de várias ex-colónias de países europeus em África e na Ásia), seja porque essa multi-etnicidade foi sendo progressivamente adquirida, significando, *a jusante*, multiculturalidade, quer esta seja ideologicamente reconhecida e invocada ou não.¹⁹

No primeiro destes últimos casos (o do reconhecimento), isso pode prestigiar a imagem, retoricamente falando e numa época de globalização, dos Estados-nação em causa, dependendo do seu tipo específico de arquétipos (e, designadamente, dos respetivos regimes políticos). É o caso por excelência dos EUA, que são, supostamente e desde o princípio, em termos ocidentais, o expoente máximo da defesa da liberdade e da integração multicultural;²⁰ mas também o será, numa outra perspetiva e teremos oportunidade de ver a seguir, o de Portugal, com a retórica da multiculturalidade que está associada às descobertas marítimas e se tornou prevacente, ideológica e retoricamente falando, da primeira metade do século XX aos nossos dias. (Mais à frente teremos oportunidade de vê-lo a propósito da historiografia de A. Sérgio.) Ser um Estado-nação – especialmente a jusante – multicultural, constitui, hoje em dia e nos tempos da globalização e da pós-modernidade, uma extraordinária mais-valia. Significa: “estamos abertos e procuramos integrar outras culturas nacionais, sejam elas quais forem, no nosso próprio Estado-nação; somos inclusivos e generosos em relação às diferenças.” É o que nos disse o Presidente da República de Portugal no dia 10 de junho de 2022. Do ponto de vista da retórica, este tipo de argumento é poderoso, em parte porque a comunidade ou comunidades a que se dirige/m se encontra(m) ela(s) mesma(s), à partida, profundamente dividida(s) e fragilizada(s), do ponto de vista, fundamentalmente, da defesa de direitos como o(s) da(s) respetiva(s) soberanidade(s) perante a globalização, e a outros, diretamente associados, como os que têm a ver com a multiculturalidade, por exemplo. A retórica, particularmente a europeia e ocidental, é: “vamos unir em vez de dividir ou de multiplicar as diferenças.”

No segundo caso e mais precisamente, isto é, quando não se reconhece a multiculturalidade que está na origem da constituição e história de um dado Estado-nação, o problema está em que essa multiculturalidade parece estar associada a C), quer dizer, ao militarismo e à conquista de território alheio por parte de potências invasoras. O facto pode ser visto como algo que, uma vez aprofundado, poria em questão, controversamente, a própria

¹⁹ Sobre esta problemática e bibliografia associada, veja-se R. Rorty “On Ethnocentrism: A reply to Clifford Geertz”, in: R. Rorty, *Objectivity, Relativism, and Truth. Philosophical Papers*. Vol. 1 (Cambridge: Cambridge University Press, 1991), 203-210.

²⁰ Veja-se, a título de exemplo, P. Gleason, “American Identity and Americanization”, in: *Harvard Encyclopedia of American Ethnic Groups*, ed. S. Thernstrom (Cambridge: Massachusetts: Bellnap Press, 1980), 31-57.

identidade do Estado-nação em causa (circunstância essa em que se mantém o *status quo*); mas também, como acontece com as comunidades referidas em 9), pode ser encarado como um fator preponderante para a reclamação de autonomia e independência perante outro Estado ou federação de Estados-nação qualquer. O que fica dito poderia ser abundantemente exemplificado, de várias perspetivas ideológicas e/ou políticas, a que já se aludiu de 4) a 8). Para garantir a respetiva autonomia e independência, não é suficiente, filosoficamente falando, que um dado Estado-nação qualquer proclame que é soberano e reconhecido como legítimo pelas instâncias internacionais apropriadas (ONU). Essa soberanidade, por muito legítima e institucional que seja, pode ser frágil; por exemplo, resultar da geopolítica e não se fundar em razões sociais e culturais (como acontece em alguns casos de 7) e de 8]), porque o que acontece (*a contrario*) é que há inúmeras comunidades regionais/nacionais (na Europa e na Ásia, designadamente) que não são autónomas nem soberanas mas reclamam independência e soberania precisamente por esse tipo de razões. Por outro lado, casos existem, como aqueles aludidos em 5) e em 6), cuja soberanidade foi alienada e se tornaram independentes, mas com os quais, contudo, a questão da identidade social, cultural e política (à luz dos arquétipos mais acima referidos) continua a ser uma questão em aberto, parcialmente, pelo menos. A recente invasão da Ucrânia pela Rússia, desfeito que foi o império da URSS e adquirida que foi a soberanidade, perante a ONU, por parte do primeiro Estado-nação, parece-me ser um exemplo recente do que acabei de dizer. Obviamente, o que é decisivo para se lidar com este assunto é a existência de uma identidade ideologicamente distinta das demais, por parte da comunidade ou Estado-nação que a reclama. Mas o assunto é controverso, considerando a legitimidade/soberanidade concedida pela mesma ONU a Estados-nação como os referidos em 8).

Parte do que foi dito parece aplicar-se à independência e constituição do Estado-nação português, no século XII, que só veio a concretizar-se, um século mais tarde, depois da conquista de território anteriormente dominado pelos árabes. A civilização árabe (e islâmica) deixou um legado profundo na própria cultura portuguesa em todos os domínios (língua e cultura: toponímia, arquitetura, etc.), como é sabido, e um tal legado é, por vezes, ignorado pela retórica política quando esta se ocupa da questão da identidade nacional (a montante), porque, justamente, essa identidade foi construída, à partida, contra essa civilização como atestam imponentes marcas territoriais (os castelos, de norte a sul do país). De modo que aprofundar o assunto poderia ser muito problemático, pondo em questão a própria identidade nacional como Estado-nação.²¹ Não há identidade (e, portanto, inclusão), como se verá, sem

²¹ Não existe muita bibliografia sobre o assunto (o que atesta do que acabei de dizer quanto à questão da identidade). Veja-se S. L de Carvalho, *Lisboa árabe* (Lisboa: PARSIFAL, 2022).

diferença e, em última análise, *discriminação e exclusão de quem não se reconhece na mesma*. Este último fator é essencial para se compreender a referida retórica.

B) e C) são arquétipos fundamentais e tão “sagrados” como os valores aludidos em D). Para B) e à partida ou de maneira geral, a melhor explicação parece ser a antropológica: o território não é apenas o espaço geográfico que enquadra uma dada comunidade ou comunidades, mas o “lugar natural” desta ou destas, que é simultaneamente espaço de segurança e de sobrevivência. Essa comunidade ou comunidades já ocupavam esse território, antes de quaisquer outras, porque aí nasceram e cresceram compartilhando valores e sedimentando cultura, ao longo do tempo, entre os respetivos membros. Mas B) pode estar (e normalmente está) estreitamente associado a C) e a D): o território pode constituir ponto de partida para o que é suposto ser a construção da identidade do Estado-nação, como acontece com a chamada “vocaçãõ marítima” de Portugal e retórica associada (a descoberta e colonização de outros continentes), que implicam, para algumas versões dessa retórica e quando a referida “vocaçãõ” é contrastada com a pequenez do território nacional, epopeica abertura civilizacional ao mundo e multiculturalidade. Mas também pode constituir o local de destino eleito, por esta ou aquela razão meta-histórica (e, mais uma vez, em última análise, retórica), precisamente para a construção dessa identidade – como parece acontecer com os EUA (território que é suposto ser, utópica e praticamente desde a Segunda Guerra Mundial, o expoente máximo da liberdade e da concretização da realização pessoal, designadamente, a financeira)²² ou (por razões étnicas e religiosas, a que já se aludiu) com o Estado de Israel, por exemplo. Portanto, o território não é apenas o “lugar natural” que enquadra geograficamente um dado Estado-nação: é o lugar de um destino ou de uma missão meta-histórica, teleológica, da comunidade ou comunidades que o ocupam. Isto significa que o território pode deixar de coincidir com esse tipo de enquadramento para se identificar com a aludida missão. Parafraseando o discurso do Presidente da República de Portugal no dia 10 de junho de 2022:

Foi o povo português que cruzou oceanos e fez dos oceanos a nossa terra de futuro (...) [Portugal é] um arquipélago feito de um retângulo de terras e dois outros arquipélagos compostos de ilhas variadas, com um mar muito maior do que a terra.

²² Veja-se, por entre a inúmera bibliografia sobre o assunto, D. J. Schildkraut, “National Identity in the United States”, in: S. J. Schwartz, K. Luyckx & V. Vignoles (Eds.), *Handbook of Identity Theory and Research. Vol. 1: Structures and Processes* (Springer, 2011), 845-865; e R. Rorty, *Achieving our Country. Leftist Thought in Twentieth-Century America* (Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1999).

Quanto a C), é pressuposto incontornável da identidade proto-histórica do Estado-nação, como provam, *a contrario*, as teses pacifistas. “A razão” não está necessariamente do lado de quem tem as armas, mas superlativamente ou por maioria de razão, de quem não as tem, e oferece resistência não armada à defesa do seu “território natural”, como prova a resistência da Índia, liderada por Gandhi, à colonização inglesa, que levou à independência desse território nos anos quarenta do século passado (e, depois, à integração no Estado indiano de ex-colónias portuguesas). Em todo o caso e empregando uma expressão já anteriormente mencionada, “morrer aos milhares” pela defesa da pátria (utilizando armas ou não), desde as suas mais remotas fundações, é precisamente o sacrifício máximo pelo cumprimento do destino e missão a que me referi anteriormente. Assim se adquire, de certo modo, a mesma imortalidade que é suposto ter a própria pátria. E os Estados-nação, de maneira geral, têm formas protocolares de fazer o registo comemorativo de uma tal imortalidade (condecorações honoríficas, panteões nacionais, etc.). Uma boa parte dos “heróis nacionais” de cada um desses Estados provém precisamente da luta pela defesa da pátria, sendo certo que os ditos “heróis” podem estar (e normalmente estão) associados a C).

A partilha de uma língua ou de línguas comuns, por uma dada comunidade ou comunidades (D), é um pressuposto essencial da identidade dos Estados-nação em causa. É um requisito fundamental de quem queira obter, como imigrante, a nacionalidade por parte de um Estado europeu ou norte-americano, como é o caso dos próprios Estados Unidos.²³ Qualquer língua não é apenas um meio de comunicação para o(s) membro(s) da referida(s) comunidade(s): incorpora os valores sociais, culturais e políticos do(s) Estado(s)-nação envolvido(s) no uso da(s) mesma(s), e, portanto, é também um meio de ação/interação no contexto desse(s) mesmo(s) Estado(s). Mas pode constituir um fator da própria identidade multiétnica e multicultural dos Estados-nação (como acontece com as ex-colónias portuguesa e inglesas em África), sob pena de essa identidade não existir. Ela muda e evolui ao mesmo tempo que evoluem os referidos valores e está, portanto sujeita às respetivas contingências temporais. É por isso que a língua é tão “sagrada” como os valores em causa. Fazer do “Dia de Portugal” (10 de junho), que é o dia de Camões, simultaneamente, o dia da pátria e da língua, é muito significativo, deste ponto de vista. Dominar a língua na maior ou menor perfeição expressa, em última análise, a maior ou menor identificação com os referidos valores. É o caso dos poetas e dos romancistas, que são eleitos, normalmente, como os expoentes máximos da cultura de cada Estado-nação, como acontece no caso português e noutros, pelo mundo inteiro, independentemente do

²³ Veja-se S. Song, “What does it mean to be American”, *Daedalus: Journal of the American Academy of Arts & Sciences* 138 (2009), 31-40.

quadrante ideológico-político em causa. No aludido caso, é o superior domínio da língua que atesta paradigmaticamente o expoente máximo da identidade nacional: as descobertas marítimas e as multiculturalidades associadas.

A bandeira e o hino de cada Estado-nação (E) são arquétipos fundamentais da identidade de cada Estado-nação; e estão normalmente associados. Neles especialmente se consagra uma tal identidade, que, por razões óbvias, não poderia deixar de diferir das identidades de outros Estados-nação. Ambos são arquétipos caracteristicamente retóricos: é suposto que, perante qualquer um deles, testemunhemos a devida homenagem e reverência, e, no segundo caso, que seja cantado coletivamente numa postura emulativa, ou mobilizadora e agregadora, eventualmente com a mão no peito. Parecem não existir dúvidas de que os dois tenham origens militares. A bandeira identifica o grupo ou a comunidade em causa perante outros grupos ou comunidades rivais; é, supostamente, a última coisa a cair ou a ser destruída depois desse mesmo grupo ou comunidade soçobrarem. Mas, nos hinos, essa postura militarista está igualmente patente. O arquétipo retórico primacial parece ser aquele em que a comemoração da bandeira e do hino é feita em simultâneo. Em “La Marseillaise”, o hino nacional francês, que data dos finais do século XVIII, dir-se-à:

Allons enfants de la Patrie, le jour de gloire est arrivé. Contre nous de la tyrannie. L'étendard sanglant est levé. L'étendard sanglant est levé! Entendez-vous dans les campagnes mugir ces féroces soldats? Ils viennent jusque dans vos bras égorger vos fils et vos compagnes. Aux armes citoyens! Formez vos bataillons. Marchez, marchez! Qu'un sang impur abreuve nos sillons!

Algo de similar, com as devidas adaptações por analogia, se dirá no hino nacional português (“A Portuguesa”), que é mais de um século posterior ao francês.

Heróis do mar, nobre povo, nação valente, imortal. Levantai hoje de novo o esplendor de Portugal! Entre as brumas da memória, ó Pátria, sente-se a voz dos teus egrégios avós que há-de guiar-te à vitória! Às armas, às armas! Sobre a terra, sobre o mar. Às armas, às armas! Pela Pátria lutar. Contra os canhões marchar, marchar!

É claro que uma tal postura parece estar “fora de tempo” ou desatualizada nos tempos hodiernos, em que o pacifismo (e a associada retórica) parece ser a palavra-chave fundamental. Mas, como já se disse, rever ou reformular, por parte de um dado Estado-nação, a bandeira e o hino, seria rever ou reformular o que se entende constituir a identidade mais profunda desse mesmo Estado. E isso está fora de questão, porque seria catastrófico; só acontece em períodos revolucionários e absolutamente excecionais.

3. *Patria*: identidade pessoal e identidade coletiva

Uso a expressão latina: *patria*, desde logo para evitar equívocos, em inglês, entre o termo “pátria” e múltiplas e díspares traduções do mesmo para essa língua. Por outro lado, a significação da referida expressão é relativamente consensual nas línguas europeias e outras de origem latina (ou românica). Agora, o meu problema, como já sugeri, é a exploração filosófica do termo e respetivas significações em causa, independentemente da sua aplicação a este ou aquele Estado-nação em particular. “Estado-nação” é, portanto, a expressão-chave para podermos desenvolver essa exploração. Pertencemos a um dado “Estado-nação” quando pertencemos a uma comunidade qualquer, coletivamente organizada, que possui uma identidade própria, em termos sociais, culturais e políticos, que a distingue, por contraste, de outra comunidade de outro Estado-nação qualquer. Este aspecto – o da distinção/exclusão – é essencial. Só há identidade – pessoal e/ou coletiva – através da diferença, qualquer que seja a matéria de que nos ocupamos – razão pela qual falhas, deturpações e/ou alterações quanto ao reconhecimento dessa “identidade” podem constituir um problema complexo, dando origem, eventualmente, a sanções ou penalizações. É o que está previsto nas constituições da generalidade dos Estados-nação quando, de uma forma ou de outra, se viola a identidade típica de cada um deles (ofender os símbolos de cada um desses Estados para os respetivos cidadãos, por exemplo). Diferentes comunidades ou, até mesmo, diferentes “Estados”, podem coexistir no seio do mesmo Estado-nação, como acontece quando nos encontramos perante os casos de Estados federados; mas, seja como for, essa coexistência pressupõe a partilha de uma história e valores sociais, culturais e políticos comuns; pressupõe uma identidade coletiva, mais ou menos fundamental, que não pode ser ofendida sob pena de punição e/ou exclusão do Estado-nação em causa. Uma tal identidade é de tal maneira essencial ou fundamental, como se disse, que, como regra, não chega a ser discutida ou questionada; a não ser, no caso da generalidade dos chamados “países democráticos”, quando se procede à discussão das respetivas constituições em termos políticos e legais. Como regra e volto a sublinhar: é um tabu. O que se passa, quanto à identidade mencionada, não é muito diferente do que se passa quanto à identidade de cada um de nós, como pessoas e/ou cidadãos; colocá-la em causa pode ter consequências problemáticas, quando não mesmo muito perigosas ou trágicas (em termos de saúde mental, por exemplo). Tomem-se como referências, na Europa designadamente, os problemas – relativamente comuns, hoje em dia – de mudança de orientação sexual, particularmente já depois de se ser adulto/a, e outros associados. Eles podem ter consequências devastadoras. Identidade pessoal e identidade coletiva estão estreitamente relacionadas. Na verdade, a construção da nossa identidade pessoal é feita no quadro da sociedade a que

pertencemos e de acordo com os respectivos enquadramentos culturais e políticos. Essa identidade é matéria de aprendizagem desde a infância e o ensino básico até se atingir a maioridade; e é indissociável da própria construção ideológica do Estado-nação a que se pertence. Só haverá, pois, identidade pessoal na justa medida em que essa identidade é, simultaneamente, uma identidade social, cultural e política no quadro desse mesmo Estado.

3.1. Desenvolvimentos

Um Estado-nação qualquer há de constituir uma *patria* no sentido em que a mesma configura a identidade suprema e coletiva dos respectivos cidadãos. É por aqui que passa a gênese biológica e social do conceito de *patria*, de acordo com a sua proveniência latina. Por outras palavras, a identidade de cada cidadão, ultimamente, configura a identidade do respetivo Estado-nação ou da respetiva *patria* – espelha-se nesta – e vice-versa. Como já se disse, uma tal identidade é contruída, por múltiplas vias, desde o momento em que nascemos até àquele em que passamos a ser cidadãos de pleno direito. Identidade pessoal e identidade social, cultural e política com a pátria/Estado-nação a que pertencemos, são praticamente indiscerníveis. Na verdade, a identidade pessoal de cada um de nós começa por ser fabricada, à partida, através da escolaridade, pela pátria ou Estado-nação a que pertencemos, de tal modo que, por fim, quando nos tornamos “cidadãos” para todos os efeitos legais, se funde e/ou confunde com a identidade da nossa *patria* ou Estado-nação. Nessa altura deixamos de ser inimputáveis. Por outras palavras, uma tal identidade é uma construção progressiva, em termos sociais, culturais e políticos. O que significa, se se preferir, que só nos identificamos a nós mesmos através dos outros cidadãos ou da sociedade/Estado-nação a que pertencemos; como se verá mais à frente, hoje em dia só nos identificamos a nós mesmos – quer quanto ao nacionalismo quer quanto ao patriotismo – através da globalização mediática. É fundamentalmente por estas vias que podemos perceber alguma coisa sobre a nossa própria identidade. “Diz-me o que é que (como é que) eu sou !” – é a pergunta que fazemos ao espelho constituído por esse Estado-nação e pelos media. É claro que há fatores genéticos e biológicos que estão na base dessa identidade. Mas a tese é que ela é fundamentalmente uma construção que depende, à partida, da *patria* e/ou Estado-nação de que fazemos parte. Cada um de nós há de ter um agregado qualquer ao qual começa por pertencer desde que nasce (atualmente, na Europa em particular, já não é sequer necessário que esse agregado seja heterossexual, uma vez que o mesmo pode perfeitamente ser homossexual ou pura e simplesmente ser institucional). Mas, a partir daí, quando entra em causa a educação e, particularmente, a escolaridade (creches/pré-escolaridade, ensino básico, etc.), esse agregado torna-se mais

ou menos comum e/ou coletivo e passa a identificar-se, em última análise, com o próprio Estado-nação a que se pertence. O que significa não só que a nossa suposta “identidade pessoal” não existe *per se* ou substantivamente, à partida, como algo que nos definiria caractereologicamente, e que, portanto, é matéria de construção social, cultural e política progressiva, mas também que, para além disso e fundamentalmente, ela pertence à pátria e/ou Estado-nação com que, quer o queiramos quer não, nos identificamos finalmente. Colocar em causa a identidade desse Estado, por esta ou por aquela razão (o que acontece recorrentemente), pode significar pôr em causa, mais ou menos decisivamente, a nossa própria identidade. Pode constituir não apenas um problema político mas também um problema, porventura mais importante, de saúde mental, pública e pessoal.

Não é só a identidade de cada um de nós que é uma construção; acontece que essa construção é ideológica no sentido em que varia de acordo com os valores sociais, culturais e políticos da *patria* ou Estado-nação a que pertencemos. Mais e fundamentalmente: uma tal *patria* ou Estado-nação é ele/ela própria uma construção ideológica; sendo certo que os Estados-nação, de maneira geral, jamais admitirão esta tese fundamental. Como se mostrou ao longo deste artigo, o nosso problema resulta desde logo do seguinte: várias representações, alternativas e conflituosas entre si, do mesmo Estado-nação a que pertencemos, são possíveis. E, de facto, elas ocorrem frequentemente. Da mesma forma e, em parte, pelas mesmas razões que não existe nenhuma identidade substantiva (excetuando a genética e/ou biológica) que nos definiria à partida, pessoalmente, também não existe nenhuma identidade substantiva a que chamaríamos “pátria” e que configuraria a mesma independentemente, ou à revelia, das nossas representações sobre ela. Não existe nenhuma autêntica narrativa da “história de Portugal”, da “história de Espanha” ou da “história dos Estados Unidos da América”; tudo o que existe são metanarrativas; é meta-história.²⁴ Considere-se, por exemplo, a respeito da retórica utópica e ideológica das descobertas marítimas, evocada pelo Presidente M. Rebelo de Sousa no passado dia 10 de junho de 2022, o que António Sérgio escreveu – já lá vão mais de sessenta anos e em pleno Estado Novo – contra uma interpretação messiânica e nacionalista dessas descobertas, vincando a sua natureza essencialmente comercial e enfatizando a respetiva desumanização perante os povos “descobertos”:

²⁴ Veja-se H. J. Ribeiro, “A filosofia da história e da historiografia de R. Rorty: questões hermenêuticas”, *Revista de História das Ideias*, 34 (2016), 35-55.

Os nautas portugueses, ao buscarem o caminho marítimo para a Ásia, satisfizeram uma necessidade dos europeus do tempo e propuseram-se aquilo que tinham querido outrora (...) os soberanos da Pérsia e o imperador Augusto: exercer domínio, na maior extensão praticável, sobre as linhas de tráfico do Oriente à Europa. (...) Nas proezas em terras do litoral de Marrocos, nas ao longo do que chamámos Guiné, e ainda nas aventuras e nas ações de guerra que se foram travando para além do Cabo, podemos convir em que tivesse ingerência o famoso “espírito de cruzada”, *desde que se defina esse mesmo ‘espírito’ pelo impulso de rapina e escravaria dura exercido à custa de gente ‘infel’* (...), sem a mínima nesga de relação possível com as doutrinas características do Evangelho, com algo que se possa denominar cristão; na essência, *esse ‘espírito de cruzada’ é também económico (roubo violento dos bens do ‘infel’, escravização da gente a que se dava assalto)*.²⁵

Tudo o que existe são sempre e somente representações daquilo que é suposto constituir a nossa *patria* ao longo da sua história. Essas representações, como se disse, podem ser conflituosas entre si; podem até ser fraticidas. A partir do momento em que uma dada comunidade reclama possuir uma história e valores próprios e diferentes daqueles com os quais foi tradicionalmente identificada [como mais acima foi dito em 9)], temos um problema, na medida em que ela quer passar a ser identificada com um Estado-nação específico ou singular e a desvincular-se daquele (ou daqueles) a que pertenceu anteriormente. Agora, a minha tese é que, muito embora essa reclamação possa ser trágica, conduzindo à guerra ou ao terrorismo organizado (como aconteceu no país basco, em Espanha, e acontece atualmente com a Ucrânia), o facto, em si mesmo, não tem nada de extraordinário do ponto de vista ideológico-político. É recorrente, seja qual for o Estado-nação em causa, e temos de nos habituar a ele. Como se disse, ao longo da respetiva história um dado Estado vai construindo progressivamente várias representações da sua própria identidade; e tais representações podem rivalizar e ser conflituosas entre si, quando não mesmo mudar bruscamente, como acontece em casos de revoluções e/ou de alterações radicais das respetivas constituições políticas. O que acontece é que essas representações são protagonizadas por grupos sociais que querem alcançar o poder; e, portanto, é natural um conflito entre as mesmas. Mais uma vez: seja qual for o Estado-nação em questão, não existe qualquer *patria*, como entidade substantiva, independentemente das *representações ou discursos mais ou menos diferentes e conflituosos entre si sobre a mesma*. No limite, poderá dizer-se que uma dada representação ou discurso é mais adequado ou apropriado do que os outros. Mas a partir do momento em que aceitamos colocar o problema nestes termos já estamos a

²⁵ A. Sérgio, “Em torno da *História Trágico-Marítima*”, *Obras Completas: Ensaios*. Tomo VIII (Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1974), 142-143, ênfases minhas.

relativizar os conceitos em causa (identidade pessoal vs identidade coletiva) e a entendê-los de um modo mais pertinente ou inteligente. Já estamos a aceitar discutir a nossa própria representação ou representações do Estado-nação a que pertencemos em conjunto com outras representações competitivas e eventualmente diferentes. Estamos a aceitar dialogar e conversar; e o facto é da maior importância. Na verdade e em rigor, é/foi a existência de diferentes representações no contexto de cada Estado-nação, em momentos de crise sobretudo, sobre aquilo que constituirá essencialmente a respetiva *patria*, que potenciou a evolução e desenvolvimento dos mesmos.

Uma vez dito isto, compreende-se que a identidade pessoal e a coletiva (Estado-nação) são inseparáveis, no sentido em que a primeira há de espelhar-se, de alguma forma, na segunda, e esta, por sua vez, na primeira. Sobre ambas recai o mesmo tabu: não devemos falar publicamente delas, discuti-las ou problematizá-las, sob pena de, finalmente, perdermos cada uma delas. Como mais acima sugeri, pelas mesmas razões que eu não posso ofender, caricaturar ou menosprezar, os símbolos da *patria* a que pertenço, sob pena de incorrer em crime, também não posso permitir que a minha própria identidade seja questionada publicamente. Tenho direito àquilo a que no Ocidente se chama, epicurísticamente, “vida privada” e “qualidade de vida”, a não ser – é claro e excepcionalmente – que eu próprio comece por torná-las “públicas” no meu caso pessoal. A explicação que eu avancei para este paralelismo foi basicamente a seguinte: questionar publicamente a minha “vida privada” significaria questionar a minha própria identidade pessoal, tornando-a problemática: da mesma forma que questionar publicamente a minha identidade coletiva implicaria pô-la eventualmente em risco, pondo em causa simultaneamente a minha própria “vida privada” ou a minha própria identidade pessoal. Agora, não é necessário acrescentar que, tanto num caso como noutro, do que falamos é do fundamental ou do essencial. E é precisamente do fundamental ou essencial, sublinho eu, que cada um de nós não pode ou não deve falar. Do que se trata é de tabus, eventualmente pelas melhores e mais pacíficas razões – mas de tabus. Numa sociedade onde não existe ou existiria “vida privada” ou em que a mesma, para todos os efeitos, é ou seria apenas pública, também não existirá ou existiria provavelmente – por mais que tal seja paradoxal – democracia e liberdade de expressão. Uma tal sociedade será ou seria uma sociedade sem espelhos ou, melhor dizendo, uma sociedade com um único espelho que se espelharia unicamente a si mesmo: o seu próprio Estado-nação. Por outras palavras: o inferno do *Leviathan*, de Hobbes.²⁶

²⁶ T. Hobbes, *Leviathan or the Matter, Forme and Power of a Commonwealth Ecclesiasticall and Civil* (London, 1651).

3.2. Como se aprende a ser “português”, “russo” ou “norte-americano”: uma abordagem kuhniana

Quando digo que a identidade de cada um de nós, supostamente, consiste na própria identidade social, cultural e política do Estado-nação ao qual pertencemos, e que ambas são matéria de construção ideológica, estou a aplicar ao meu/nosso problema as teses de Kuhn em *The Structure of Scientific Revolutions* – já lá vão sessenta anos.²⁷ Essas teses, na minha interpretação, que desenvolvi noutros lados,²⁸ são as que se seguem.

(1a) Contra a filosofia e a historiografia da ciência tradicionais, e perante o problema da relatividade ontológica no âmbito, muito particularmente, da física, não existe efetivamente nenhuma base ontológica no mundo que nos permita demarcar “ciência” da “não ciência”.

(1b) Aquilo que é suposto ser a ciência, quer na comunidade científica quer no espaço público, é uma construção que assenta em vários pressupostos metafísicos a discutir, designadamente: α) depende do acordo geral ou consensual dos membros dessa comunidade sobre a suposta objetividade da dita “ciência”, não sobre qualquer matéria que existiria *per se* ou independentemente da sua interpretação; por outras palavras, se não existir o dito “acordo” também não haverá propriamente “objetividade”; β) depende sobretudo da possibilidade de traduzir os esquemas concetuais que estão na base dessa objetividade nos esquemas de teorias científicas já prévia ou anteriormente consensuais para a referida “comunidade” (por exemplo, traduzir as conceções de Einstein nas de Newton ou vice-versa); quer dizer, depende desses “esquemas” ou do que Kuhn chama “paradigmas”.

(1c) Conflitos científicos e institucionais podem ocorrer quando um dado paradigma deixou de ser amplamente aceite ou passa a ser matéria de controversia, levando, eventualmente, à exclusão (da respetiva comunidade) daqueles que continuam a adotá-lo perante as vantagens de um novo paradigma.

(2a) O que é ou não “ciência” é uma matéria que depende finalmente da respetiva aprendizagem escolar ou académica (manuais, investigação, provas académicas, etc.) feita no âmbito do paradigma ou esquemas concetuais vigentes para a comunidade científica.

²⁷ Veja-se T. Kuhn, *The Structure of Scientific Revolutions* (Chicago: Chicago University Press, 1996, 3rd edition).

²⁸ Veja-se H. Ribeiro, “Who is and Who is not an Analytic Philosopher: A Kuhnian Approach to Analytic Philosophy”, in: J. M. Justo, E. M. de Sousa & F. M. Silva (Eds.), *Philosophy as Experimentation, Dissidence and Heterogeneity* (Newcastle upon Tyne [UK]: Cambridge Scholars Publishing, 2021), 290-305.

(2b) O que significa que é fundamentalmente por esta via (a académica e institucional, com todas as suas contingências) que se aprende o que é ou não a “ciência” de acordo com um dado paradigma.

(2c) É claro que variando o paradigma ou os enquadramentos concetuais, varia também a aprendizagem do que é suposto ser a “ciência”.

Agora, o ponto fundamental da minha analogia é que a construção ideológica do Estado-nação, ou a construção da nossa própria identidade, não é substancialmente diferente da construção da ciência de que nos fala Kuhn.²⁹ Todos nós sabemos onde é que ficam Portugal ou os EUA, geograficamente falando. Mas o facto não responde à questão de se saber o que é que é “ser português” ou o que é que é “ser norte-americano”; quando nos movemos para este âmbito é de representações (esquemas concetuais/paradigmas e/ou metanarrativas), que podem ser conflituosas entre si, de que estamos a falar. Seguramente que existem, quer num caso quer noutra, bases antropológicas que nos permitem discutir a questão de que estamos a falar. Mas, mais uma vez, essas bases só existem à luz de representações discutíveis e potencialmente conflituosas entre si. A analogia com as teses de Kuhn (1a, 1b, 1c) é, pois, muito pertinente. Por outro lado, quanto à aprendizagem da ciência vs aprendizagem da nossa nacionalidade: aprendemos a ser “portugueses”, “russos” ou “norte-americanos” desde logo pela aprendizagem da língua materna, passo a passo, a partir do momento em que nascemos; e fazêmo-lo essencialmente na escola, do ensino básico ao superior (como nos diz Kuhn, mais acima citado, a respeito da ciência, em 2a, 2b e 2c). É no âmbito do primeiro tipo de ensino, muito particularmente, que começamos por aprender a geografia e história do nosso Estado-nação e as respetivas particularidades sociais, culturais e políticas; aquilo a que, numa secção anterior deste artigo, chamei os “arquétipos” desse Estado. Aprendemos quais terão sido as (supostas) circunstâncias da fundação do Estado-nação a que pertencemos, qual terá sido a sua evolução ao longo do tempo (ou, se for o caso, dos séculos), o que é que distingue a nossa identidade coletiva das demais (designadamente, das conflituosas ou rivais), quais serão os eventos e as datas que devemos comemorar no que respeita a essa identidade, etc. E, obviamente, aprendemos a cantar o hino nacional, com o devido respeito, e a ter reverência pela bandeira. É neste enquadramento que começamos por ter, sem nos termos apercebido disso, a primeira grande representação da nossa identidade coletiva e, por esta via, da nossa própria identidade pessoal. É com ele que, progressivamente, construímos a nossa cidadania: ficamos a saber qual é a nossa identidade pessoal e familiar, qual é o nosso género,

²⁹ Sobre a problemática da analogia em filosofia, veja-se H. Ribeiro, “The Role of Analogy in Philosophical Discourse”, in: H. Ribeiro (Ed.), *Systematic Approaches to Argument by Analogy* (Springer, 2014), 275-290.

que respeito nos merece a lei geral e respetivas aplicações no nosso Estado-nação, etc. De onde a importância que alguns Estados, como o português, dão ao ensino de certas matérias no âmbito do ensino secundário, como é o caso daquelas que têm a ver com a cidadania (o que despertou alguma polémica nos últimos anos).³⁰ Não há aqui envolvida necessariamente, quanto à questão da nossa identidade, qualquer problemática freudiana: se há algum “pai” ou “mãe” nesta matéria, o reconhecimento deste tipo de entidades passa, como antecipou Hobbes, desde logo pela configuração do nosso próprio Estado-nação. É a este que compete o papel derradeiro de “pai” (*pater*) ou de mãe (*mater*). No limite, não é com Freud – o fundador da psicanálise – que aprendemos alguma coisa sobre essa problemática (porque ele parece ter passado completamente ao lado da mesma), mas com Carl Jung, seu colega e colaborador, mas também rival, intelectualmente falando.³¹ Mas esta é uma matéria que não pode ser discutida aqui.

Seja como for, a representação da nossa identidade coletiva varia com a evolução do Estado-nação ele mesmo; por vezes, varia mais ou menos bruscamente, como acontece em períodos revolucionários (como nos diz Kuhn a respeito da ciência); muito especialmente e desde os anos oitenta do século passado e a entrada em cena da globalização mediática, essa representação variou rápida e velozmente. De um momento para o outro, neste ou naquele Estado ocidental, a homossexualidade passa a ser aceite, o aborto e a eutanásia são legalizados, a questão da identidade de género passa a ser relevante, e por aí fora, sem que essas transformações tenham a devida coerência e consistência em relação às leis constitucionais desses Estados e, pior do que isso, se enquadrem adequadamente na representação da nossa própria identidade pessoal, quer dizer, naquela representação que, por assimilação, integramos a partir da representação da nossa identidade coletiva. Isto é uma autêntica tragédia para a questão de saber qual é precisamente essa identidade. Ainda muito pior do que o que acaba de ser dito: tudo isto acontece sem que as referidas transformações, do Estado-nação a que pertencemos, correspondam a transformações, no mesmo sentido, de outros Estados-nação muito próximos do nosso próprio Estado do ponto de vista histórico, geográfico, cultural e político. Pode muito bem acontecer que no Estado X, na fronteira do nosso próprio Estado e correspondendo a um Estado integrado no mesmo bloco

³⁰ Veja-se “A polémica disciplina de cidadania está nas escolas desde 2018 para promover inclusão”. *Jornal de Notícias* (08/09/2020). URL: <https://www.jn.pt/nacional/a-polemica-disciplina-de-cidadania-esta-nas-escolas-desde-2018-para-promover-inclusao-12704018.html> (consultado em maio de 2022).

³¹ Veja-se C. G. Jung, *The Archetypes and the Collective Unconscious*. Collected Works of C. G. Jung, vol. 9, Part 1, ed. and transl. by G. Adler & R. F. C. Hull (Princeton: Princeton University Press, 1981).

económico e político que o nosso, a eutanásia (ou a mudança da identidade de género) tenha sido aprovada, enquanto ainda tal não aconteceu (e/ou não é espetável que venha a acontecer brevemente) no Estado-nação a que pertencemos. No limiar dessa fronteira, passamos a ter uma outra representação da identidade coletiva de uma outra comunidade/Estado qualquer e, consequentemente, uma outra representação (virtual e competitiva) da nossa própria identidade pessoal. O relativismo passa a ser a norma.³² O que nos conduz ao tema seguinte, neste artigo.

3.3. A erosão do conceito de Estado-nação perante a globalização

3.3.1. A erosão política

Os conceitos de Estado-nação e de nacionalismo sofreram uma erosão decisiva e fundamental, pouco depois do fim da Segunda Grande Guerra. Como já se disse, com esta aparece uma nova ordem política internacional, que abrange a geopolítica mundial e se fez sentir, sobretudo, a partir dos anos sessenta e setenta do século passado. Neste âmbito e de acordo com essa nova ordem, alguns Estados-nação instituíram entre si, de forma alinhada e de acordo com os respetivos interesses, blocos económicos e políticos, o que, por sua vez, conduziu à perda da necessária independência e soberaneidade de cada um deles. No Ocidente e na Europa em particular (que, para todos os efeitos, é o enquadramento mais relevante sobre o assunto), esses blocos (é o caso, fundamentalmente, da chamada “União Europeia”) assumiram progressivamente o papel dos próprios Estados-nação. É preciso dizer que, antes desses blocos serem constituídos, já as próprias regras do comércio internacional tinham imposto limites à independência e soberania a que aludimos, para já não falar do financiamento internacional a que cada Estado-nação é obrigado por forma a sobreviver. Agora, a harmonização da legislação comum a todos e a cada um dos membros de um dado bloco económico e político, por força dos imperativos comerciais que referimos, conduziu a uma apagamento evidente da ideia de Estado soberano e independente, por muito que cada um deles continuasse (como continua e mostra recentemente o chamado “Brexit” a respeito de Inglaterra) a reclamar essa soberaneidade e independência. A verdade é que quem efetivamente

³² S. Toulmin levantou este assunto pela primeira vez na história do pensamento ocidental, em *Knowing and Acting: An Invitation to Philosophy* (New York: Macmillan Publishing Co., 1976). Veja-se H. Ribeiro, *Retórica, Argumentação e Filosofia (Estudos Sistemáticos e Histórico-Filosóficos)* [Coimbra: MinervaCoimbra, 2016, cap. 5]. E H. Ribeiro, “In the Face of Relativism: Stephen Toulmin’s Latest Views on Rhetoric and Argumentation”, *Revista Filosófica de Coimbra* 47 (2015), 95-110.

manda nesses Estados, hoje em dia, não são efetivamente os governos do mesmos mas instâncias multinacionais (os blocos econômicos e políticos, os bancos e fundos financeiros internacionais) que é suposto prosseguirem os seus interesses no melhor interesse de cada uma das nações envolvidas. A consequência principal de tudo isto não foi só o apagamento da noção de soberanidade, que é essencial às fundações dos Estados-nação de maneira geral, como mostrou Habermas nos artigos supracitados, mas também, senão fundamentalmente, a erosão cultural provocada pela descentralização e globalização do poder político e econômico de maneira geral. De uma certa forma, essa globalização feriu de morte a ideia de Estado-nação, conduzindo, indelevelmente, a reações contrárias por parte das sociedades civis: nelas incluindo, à cabeça, o chamado “nacionalismo”. O “patriotismo” só aparece depois, hipocritamente, como forma de salvar o que seria possível salvar do nacionalismo: a própria ideia de Estado-nação.

3.3.2. A erosão cultural

Com o enfraquecimento progressivo da ideia de Estado-nação e a profunda descentralização de poderes associada, a consequência foi que, em múltiplos e diversos planos, as sociedades civis começaram a assumir elas mesmas uma boa parte dos poderes supostos dos próprios Estados-nação. Quando a globalização se tornou mediática, através da comunicação social, os Estados-nação mostraram-se incapazes de administrar e controlar. O resultado foi o divórcio entre esses Estados e as sociedades civis correspondentes, que começaram a se auto-organizar a elas mesmas (passe o pleonasma) tanto a nível nacional como internacional.³³ No Ocidente e na Europa em particular, uma das consequências mais importantes da Segunda Grande Guerra foi que essas sociedades deixaram de se identificar com os valores sociais, culturais e políticos tradicionais defendidos pelos respectivos Estados-nação, e que estes, por sua vez, foram incapazes de assimilar e compreender esse facto fundamental. Entre esses valores incluem-se os religiosos e matérias essenciais associadas aos mesmos como, por exemplo, os direitos humanos ou os relacionados com a orientação sexual. A globalização mediática, na sequência do aparecimento da “Internet” e das redes sociais, tornou patente essa fragilidade estrutural ou constitucional dos Estados-nação, ao mesmo tempo que trouxe para o espaço ou a esfera pública as próprias sociedades civis, com todas as complexidades características de cada uma delas e diferentes das demais. Uma autêntica confusão e irracionalidade! Tratou-se e trata-se, no Ocidente em particular, de um confronto mediático entre duas barricadas

³³ Veja-se, sobre toda esta problemática, S. Toulmin, *Cosmopolis: The Hidden Agenda of Modernity* (Chicago: The University of Chicago Press, 1992).

distintas e bem claras: de um lado as sociedades civis des-organizadas; do outro, os velhos Estados-nação incapazes de se reformarem. As primeiras começaram a auto-organizar-se como podiam: surgem as primeiras organizações não governamentais no âmbito, já referido, dos direitos humanos, de orientação sexual ou de defesa do ambiente. As segundas, quer dizer, as mais altas instâncias políticas, assistiam ao espetáculo e confrontavam-se com o mesmo sem saber como intervir (ainda hoje não sabem), ou fazendo cedências aqui e ali. Toffler, em *The Third Wave*, diz-nos alguma coisa sobre o assunto, oracularmente, logo nos anos oitenta do século passado.³⁴

3.3.3. O nacionalismo, como resposta reacionária, e o patriotismo

Os Estados-nação ocidentais e europeus, em particular, aí incluindo os defensores do chamado “patriotismo”, são os primeiros e principais responsáveis, perante o quadro que foi delineado anteriormente, pelo aparecimento do nacionalismo, que é um fenómeno político e mediático relativamente recente, sendo certo que as suas raízes históricas são muito antigas. O que os nacionalistas querem é que se volte, sem contestação, aos arquétipos do Estado-nação mais acima referidos e analisados. Querem uma coisa impossível: acabar com a globalização e a multiculturalidade associada. E isso tem algum impacto, porque há gerações ainda ativas no espaço público cuja única bíblia política são precisamente esses arquétipos. Foi isso que aprenderam no ensino básico, quando (e se) o frequentaram; e foi por via dos referidos arquétipos que apreenderam a ser “portugueses”, por exemplo, e a identificar-se com a respetiva pátria. *As mudanças ocorridas na transformação social, cultural e política do Estado-nação a que pertencem, particularmente dos anos oitenta do século passado em diante, passaram-lhes completamente ao lado numa perspetiva propriamente intelectual.* E essas gerações não têm culpa disso. Agora, há décadas, para qualquer estudante universitário inteligente, que os referidos arquétipos deixaram de fazer sentido. Mas, como já aqui se disse à exaustão, não há volta a dar, nesta matéria, para as elites intelectuais dirigentes nos países europeus, designadamente: não se pode discutir a identidade mais profunda do Estado-nação sem a pôr decisivamente em causa. Não se pode renunciar aos ditos arquétipos sempre pretendendo continuar a ser um Estado-nação soberano e independente. De forma que os dois lados desta barricada – nacionalismo e patriotismo – estão errados. Estamos – como já se disse – no âmbito do que na retórica e na lógica se chama o “falso dilema”; o que gera as maiores confusões e perplexidades.

É neste amplo contexto que devemos enquadrar a problemática do nacionalismo vs patriotismo. O chamado “patriotismo” é uma forma eufemística

³⁴ Veja-se A. Toffler, *The Third Wave* (New York: HarperCollins Publishers, 1980).

de nacionalismo para efeitos de propaganda política: nenhum dos arquétipos do Estado-nação, que eu elenquei acima, é posto em questão pelos seus defensores. Nenhum. A teoria é: “pode-se defender esses arquétipos e, simultaneamente, ser defensor da globalização e da multiculturalidade.” Na minha perspectiva, este ponto de vista é inaceitável, desde logo porque não é coerente; hoje em dia e em última análise, um “patriota” é sempre, necessariamente, um “nacionalista”, contra aquilo que é pretendido pelo presidente Macron e uma longa tradição francesa na matéria, e, em parte, pelo presidente Rebelo de Sousa. Há que renunciar ao conceito de Estado-nação e procurar conceitos/vias alternativas ao mesmo, se se quer responder, filosoficamente falando, aos desafios intelectuais e políticos levantados pelo nacionalismo, que são enormes, nas próximas décadas. No Ocidente e na Europa em particular, há que repensar e reformular, radicalmente, o conceito de “Estado-nação”, Estado a Estado, e em termos constitucionais. Uma das razões é que, em vários casos, como o português e outros na Europa (designadamente), os textos das respetivas constituições há muito tempo que deixaram de corresponder aos interesses de sociedades civis resilientes e tendencialmente apátridas, que não se reconhecem quer nesses textos quer, mais decisivamente, nos arquétipos dos respetivos Estado-nação. A contradição entre o chamado “direito à vida” e os direitos ao aborto ou à eutanásia é apenas uma entre várias outras contradições flagrantes entre esses arquétipos e as sociedades correspondentes. Outras contradições, não menos gritantes, aparecerão a breve trecho.

3.3.4. O patriotismo como resposta reacionária perante a globalização

O patriotismo ele mesmo constitui, como acaba de se sugerir, uma resposta reacionária perante a globalização. Se esta significa e implica que os Estados-nação não estão à altura de desempenhar adequadamente o seu papel, quer dizer, não correspondem mais às exigências e interesses das respetivas sociedades civis, então esses Estados devem dar lugar a outra coisa qualquer, que nós ainda não sabemos precisamente o que será, mas que, em todo o caso, *podemos e devemos começar, desde já, a discutir*. O chamado “patriotismo” está longe de ser a resposta ao nosso problema. O que a globalização (a mediática, em particular) significa é que a representação da nossa identidade no âmbito do Estado-nação a que pertencemos é apenas uma entre várias outras possíveis. A cada momento os media invadem o espaço público globalizado com uma tal pluralidade e diversidade de representações. De resto e como se disse mais acima, esta consequência – quer dizer, a da perda de uma suposta independência e soberanidade no plano cultural – segue-se logo, ou à partida, da integração desses Estados (como é caso dos da União Europeia) em blocos económicos e políticos, que são também, para todos

os efeitos, culturais. Uma tal integração obriga cada um deles a enquadrar-se legislativamente – fazendo todas as mudanças internas/externas necessárias para o efeito – no bloco a que pertencem, sob pena de, em última análise, serem excluídos do mesmo. *Os valores sociais, culturais e políticos de cada Estado perdem a sua significação tipicamente nacional* e, quando é necessário escolher entre os mesmos e os dos aludidos blocos, são estes últimos que prevalecem. Estou a falar por exemplo e novamente, no quadro da União Europeia, de direitos como o do aborto, da orientação sexual, da identidade de género ou da eutanásia; mas muitos outros poderiam ser aduzidos, como, designadamente, os dos refugiados. De modo que, se o nacionalismo é uma resposta inaceitável perante a globalização, algo de similar poderia ser dito a respeito do patriotismo. *As sociedades civis ocidentais e europeias, em particular, tornaram-se tendencialmente apátridas em termos culturais no século XXI*: o seu autêntico enquadramento, desse ponto de vista, não são tanto os respetivos Estados-nação, mas mais, e sobretudo, o mundo virtual configurado pelos media.

3.3.5. Nacionalismo e patriotismo como respostas reacionárias perante a globalização

O que a problemática nacionalismo vs patriotismo mostra é que o Estado-nação falhou completamente como forma de organização social, cultural e política da comunidade ou comunidades a que se refere. Isso parece-me ser mais ou menos evidente no Ocidente e na Europa em particular. O problema consiste, como se disse, em saber o que é que se deve pôr no seu lugar nas décadas que se seguem, porque nem as organizações intergovernamentais nem as não governamentais podem desempenhar o papel de Estado-nação. A globalização mediática tornou obsoletos todos os referidos conceitos. Como se disse, *a aperceção que, hoje em dia, um intelectual ou um cidadão esclarecido tem de si mesmo, nesta matéria, é que é fundamental e essencialmente apátrida*. Tem que ter, necessariamente, esta(s) ou aquela(s) nacionalidade(s), mas isso não significa que subscreva a(s) respetiva(s) cultura(s) e idiossincrasias. A sua cultura não é nacional mas a cultura cosmopolita configurada pelos media e pelas redes sociais em especial, com todas as suas confusões e irracionalidades – cultura essa que, de resto, os Estados-nação, tanto no plano nacional como no internacional, se mostram incapazes de controlar e administrar, desde o princípio, pela simples razão de que não foram vocacionados para o efeito. Não é – mas deveria ser – a sua missão. De onde resulta que, no Ocidente de maneira geral, todos (os cidadãos esclarecidos) somos apátridas e, tendencialmente pelo menos, deixámos de ter esta ou aquela nacionalidade (culturalmente falando), sem saber ainda precisamente aquilo que somos no quadro do nosso próprio Estado-nação. É claro que tudo isto gera, como já se disse, enormes problemas de saúde mental, pessoal e coletiva.

4. Revisitando os arquétipos: ideologia e utopia

Discutindo os arquétipos, não estou a dizer que eles são corretos ou incorretos, certos ou errados. Que sejam ideológicos, parece evidente, desde logo porque, constituindo enquadramentos para a identidade de cada Estado-nação, são discutíveis (contra a retórica tradicional dos dirigentes dos Estados-nação). Mas isso já foi claramente demonstrado até aqui. A minha tese, agora, é que esses arquétipos não são só ideológicos mas também, fundamentalmente, utópicos. Na sequência de investigações anteriores, entende-se por discurso utópico *um discurso que se refere àquilo que poderá ou poderia acontecer apenas através do que, supostamente, já está a acontecer*.³⁵ Nesta aceção do conceito, a utopia não deve ser confundida com a fantasia e a imaginação efabulatória, como acontece no célebre livro de Thomas Morus, publicado em 1516, intitulado precisamente *Utopia*. Não: a utopia tem a ver com o próprio presente; com a nossa forma de lidar com o mundo e as respetivas representações virtuais. O presente é, ele mesmo, utópico, na medida em que aquilo que ele é ou deixa de ser incorpora projeções sobre o que cada um de nós supostamente é ou será, e, por isso, tem a ver com o futuro ou aquilo que está, *supostamente*, por vir. Por outras palavras, o presente é necessariamente algo que só ocorre através de uma metanarrativa qualquer, que, por definição, é sempre mais ou menos intemporal. *A globalização mediática, da última metade do século passado em diante, só veio reforçar aquilo acabo de dizer, abrindo, perante cada um de nós, múltiplos e diversos mundos virtuais como espaços de concretização quer da nossa identidade coletiva quer da nossa própria identidade pessoal*. É por todas estas razões que, retoricamente falando, é muito fácil aos dirigentes dos Estados-nação lidarem com representações utópicas, que são também ideológicas, sobre uma (suposta) identidade coletiva, desses Estados, marcada pela intemporalidade, independentemente de ser ou não falaciosa (o que não está aqui em questão). Geralmente, essas representações não são discutidas ou contestadas, porque, para além das razões já anteriormente avançadas, elas não têm a ver com a conhecida teoria da verdade como correspondência: não há nada, em cada uma delas, que nos leve a dizer que são verdadeiras ou falsas. Deste ponto de vista, a única coisa que podemos dizer é se são coerentes ou não. Agora, se aceitarmos as definições correntes de “cultura nacional” como o conjunto de crenças, valores, costumes e tradições mais ou menos incorporadas na linguagem de um dado Estado-nação, e se entendermos por “ideologia” justamente a sua interpretação (não apenas pelos agentes políticos propriamente ditos, mas também por intelectuais, filósofos, e outros), podemos compreender porque é que a utopia está no cerne de ambas (cultura e ideologia).

³⁵ Veja-se Ribeiro, “Utopia”, 1-20.

Aquilo que significamos através do uso da palavra “cultura” será não apenas ideológico, mas também, em certo sentido, utópico. Podemos descrever e analisar esse uso numa perspectiva retórica, como foi sugerido no passado por alguma literatura relevante, aí incluindo a minha.³⁶

Mais uma vez: os arquétipos acima descritos e analisados são utópicos desde logo porque se referem àquilo que poderia e/ou deveria ser e é *suposto acontecer*, mas, efetivamente e para todos os efeitos, não é propriamente o caso. A sua justificação, para além da filosófica, é essencialmente sociológica e retórica. Nenhuma comunidade (ou Estado-nação) pode reclamar uma autêntica soberanidade social, cultural e política, que exclua as demais comunidades, porque essa soberanidade é feita essencialmente por integração daquilo que é diverso e diferente, como vimos ao longo deste artigo a propósito da problemática da multiculturalidade, invocando, designadamente, o caso português da assimilação vs exclusão da civilização árabe e islâmica antes (e por altura) da independência e constituição de Portugal. Uma tal reclamação é fundamentalmente um problema (retórico) de liderança política e da consequente manutenção da identidade da própria comunidade. Isto vale para a conhecida “vocação marítima” de Portugal, desde os séculos XV e XVI, como vale para a não menos conhecida identificação dos Estados Unidos da América como um país/refúgio de aquisição de riqueza, liberdade e prosperidade. No primeiro caso, esquece-se que essa vocação não foi apenas uma questão de descobertas do desconhecido com interesses mais ou menos especulativos sobre o mesmo, mas, sobretudo, uma matéria comercial, de sobrevivência económica do próprio Estado-nação, que implicou armas, castelos e canhões contra outras comunidades desprotegidas e, em muitos casos, inofensivas. No segundo, ignora-se que não há riqueza e prosperidade sem as respetivas contrapartidas; a riqueza e prosperidade de alguns, como se segue dos *tropos* em Aristóteles, é sempre a pobreza e infelicidade de outros. Em ambos os casos, trata-se de utopias (não de fantasias), mas que não deixam de ser construções ideológicas e políticas mobilizadoras no sentido identitário. São elas que ainda mantêm os velhos Estados-nação de pé, com todas as suas venturas e misérias.

³⁶ Como já disse noutros lados, penso que, a este respeito, devemos regressar àquilo que foi dito, nos anos trinta do século passado, por Karl Mannheim, no seu livro *Ideology and Utopia*, e algumas leituras do mesmo, como a que foi feita por P. Ricouer. Veja-se K. Mannheim, *Ideology and Utopia: An Introduction to the Sociology of Knowledge* (London: Routledge and Kegan Paul, 1960). (Livro originalmente publicado em alemão, em 1931.) E P. Ricouer, *L'idéologie et l'utopie* (Paris: Seuil, 1997).

5. Conclusões: o falhanço do Estado-nação: sobre o que é que virá a seguir

Perante o que foi dito e sendo certo que o chamado “patriotismo” é, basicamente, uma manobra retórica perante alguns excessos do nacionalismo, e não havendo nada, substantivamente, que os distinga, é previsível que se agravem os conflitos entre nacionalismos/patriotismos e a globalização; que esses conflitos, dentro de cada bloco económico-político, apareçam, cada vez mais, como uma forma de contornar aquela e, implosivamente, os interesses desse mesmo bloco. Vários sinais existem já, nesse sentido, para além do “Brexit”. Por outro lado, parece plausível sustentar que os interesses de cada Estado-nação, de maneira geral e tendo em vista sobretudo enquadramentos não europeus, cada vez mais sejam delegados nesse tipo de blocos. O facto só virá a aumentar exponencialmente nacionalismos/patriotismos e, em última análise, os conflitos entre os referidos blocos entre si. De acordo com este enquadramento, não é difícil prognosticar o falhanço completo das organizações intergovernamentais no plano internacional, como é o caso da ONU ou, no plano cultural, da UNESCO. Não é possível reformar estas organizações, sem reformar, simultaneamente, os próprios Estados-nação, como já se percebeu durante as últimas três ou quatro décadas. E, nesta matéria, não há solução razoável à vista, considerando a manifesta incapacidade dos Estados Unidos da América e da Europa em particular – que são os expoentes máximos da democracia e da liberdade de expressão – em oferecer uma no âmbito internacional. Neste contexto, é muito mais do que expetável que cresçam o papel das organizações não governamentais e o de outras formas de auto-organização das sociedades civis contestárias em relação ao papel dos respetivos Estados-nação; que estes, a nível global e perante a apatricidade crescente dos respetivos cidadãos, deixem de representar significativamente o que quer que seja quer em termos culturais. Receio bem, pois, que o futuro próximo seja muito sombrio e, provavelmente, dramático. Mas as coisas são como são.

Bibliografia

- Carvalho, S. L. de. *Lisboa árabe*. Lisboa: PARSIFAL, 2022.
- Catroga, F. “Pátria, nação, nacionalismo”, in: L. R. Torgal, F. T. Pimenta & J. S. Sousa (Coord.), *Comunidades Imaginadas: Nação e Nacionalismos em África* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008), 9-39.
- Dambrine, A. T. “Patriotisme et nationalisme: une dichotomie?”, *Idées: la culture générale* (28/04/2021). URL: <https://www.laculturegenerale.com/difference-patriotisme-nationalisme/> (consultado em maio de 2022).

- Gaulle, C. de. *Le patriotisme c'est aimer son pays. Le nationalisme c'est détester celui des autres. Citations de Charles de Gaulle*. Independently published, 2020.
- Gellner, E. "Le nationalisme en apesanteur", *Terrain: Anthropologie & Sciences Humaines* 17 (1991), 7-16.
- Gleason, P. "American Identity and Americanization", in: *Harvard Encyclopedia of American Ethnic Groups*, ed. S. Thernstrom (Cambridge: Massachusetts, Belknap Press, 1980), 31-57.
- Habermas, J. "Popular Sovereignty as Procedure" (Appendix I, 1988), and "Citizenship and National Identities" (Appendix II, 1990), in: *Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy*, transl. W. Rehg (Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1996), 463-489, 491-515.
- Hobbes, T. *Leviathan or the Matter, Forme and Power of a Commonwealth Ecclesiasticall and Civil*. London, 1651.
- Jornal de Notícias* (08/09/2020). "A polémica disciplina de cidadania está nas escolas desde 2018 para promover inclusão". URL: <https://www.jn.pt/nacional/a-polemica-disciplina-de-cidadania-esta-nas-escolas-desde-2018-para-promover-inclusao-12704018.html> (consultado em maio de 2022).
- Jornal Público* (29/06/2014). "Tratar ou destratar a bandeira nacional". URL: <https://www.publico.pt/2014/06/29/sociedade/editorial/tratar-ou-destratar-a-bandeira-nacional-1660924> (consultado em maio de 2022).
- Jung, C. G. *The Archetypes and the Collective Unconscious*. Collected Works of C. G. Jung, vol. 9, Part 1. Ed. and transl. by G. Adler & R. F. C. Hull. Princeton: Princeton University Press, 1981.
- Kuhn, T. *The Structure of Scientific Revolutions*. 3rd edition. Chicago: Chicago University Press, 1996.
- Mannheim, K. *Ideology and Utopia: An Introduction to the Sociology of Knowledge*. London: Routledge and Kegan Paul, 1960.
- Morgado, J. "Patriotismo vs nacionalismo", *mediotejo.net* (27/03/2019). URL: <https://mediotejo.net/patriotismo-vs-nacionalismo-por-joao-morgado/> (consultado em maio de 2022).
- Pereira, C. "Vestir a bandeira de Portugal – nacionalismo, vergonha ou desuso", *Diferencial: o jornal dos estudantes do IST* (janeiro de 2021). URL: <https://diferencial.tecnico.ulisboa.pt/artigo/vestir-a-bandeira-de-portugal-nacionalismo-vergonha-ou-desuso/> (consultado em maio de 2022).
- Perelman, C., & Olbrechts-Tyteca, L. *La nouvelle rhétorique: Traité de l'argumentation*. Paris: Presses Universitaires de France, 1958.
- Ribeiro, H. "The Role of Analogy in Philosophical Discourse", in: H. Ribeiro (Ed.), *Systematic Approaches to Argument by Analogy* (Springer, 2014), 275-290.

- _____. “In the Face of Relativism: Stephen Toulmin’s Latest Views on Rhetoric and Argumentation”, *Revista Filosófica de Coimbra* 47 (2015), 95-110.
- _____. *Retórica, Argumentação e Filosofia (Estudos Sistemáticos e Histórico-Filosóficos)*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2016.
- _____. “A filosofia da história e da historiografia de R. Rorty: questões hermenêuticas”, *Revista de História das Ideias* 34 (2016), 35-55.
- _____. *Filosofias Nacionais, Transnacionais e Tradições Filosóficas no Século XXI*. Lisboa: Edições Esgotadas, 2018.
- _____. “Utopia, Ideology, and Philosophy”, in: *Conceiving Virtuality: From Art to Technology*, ed. J. Braga (Springer, 2019), 1-20.
- _____. *Argumentação, Pensamento Crítico e Filosofia (e outros Ensaaios)*. 2ª ed. Lisboa: Edições Esgotadas, 2020.
- _____. “Who is and Who is not an Analytic Philosopher: A Kuhnian Approach to Analytic Philosophy”, in: J. M. Justo, E. M. de Sousa & F. M. Silva (Eds.), *Philosophy as Experimentation, Dissidence and Heterogeneity* (Newcastle upon Tyne [UK]: Cambridge Scholars Publishing, 2021), 290-305.
- _____. “Nacionalismos e filosofia”, in: J. Meirinhos, V. Rodrigues & V. Guerreiro (Eds.), *A Filosofia em Discussão* (Covilhã: Praxis, 2022), 701-722.
- Ricouer, P. *L'idéologie et l'utopie*. Paris: Seuil, 1997.
- Rorty, R. “On Ethnocentrism: A reply to Clifford Geertz”, in: R. Rorty, *Objectivity, Relativism, and Truth: Philosophical Papers*. Vol. 1 (Cambridge: Cambridge University Press, 1991), 203-210.
- _____. *Achieving our Country. Leftist Thought in Twentieth-Century America*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1999.
- RTP NOTÍCIAS (10/06/2022). “Discurso de Marcelo no 10 de Junho”. URL: https://www.rtp.pt/noticias/pais/discurso-de-marcelo-no-10-de-junho-sem-o-povo-nao-teria-havido-o-portugal-que-temos_v1412335 (consultado em 15 de junho de 2022).
- Sampaio, G. “Em Londres, Mário Soares pisou, cuspiu ou queimou a bandeira nacional em 1973?”, *Polígrafo: o primeiro jornal português de 'fact-checking'* (04/01/2019). URL: <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/mario-soares-pisou-cuspiu-ou-queimou-a-bandeira-nacional-em-1973> (consultado em maio de 2022).
- Schildkraut, D. J. “National Identity in the United States”, in: S. J. Schwartz, K. Luyckx & V. Vignoles (Eds.), *Handbook of Identity Theory and Research. Vol. 1: Structures and Processes* (Springer, 2011), 845-865.
- Sérgio, A. *Obras Completas: Ensaaios*. Tomo VIII. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1974.

- Song, S. “What does it mean to be American?”, *Daedalus: Journal of the American Academy of Arts & Sciences* 138 (2009), 31-40.
- Strowski, F. *Nationalisme ou patriotisme*. Paris: B. Grasset, 1933.
- Toffler, A. *The Third Wave*. New York: HarperCollins Publishers, 1980.
- Toulmin, S. *Knowing and Acting: An Invitation to Philosophy*. New York: Macmillan Publishing Co., 1976.
- _____. *Cosmopolis: The Hidden Agenda of Modernity*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.
- United Nations: Academic Impact. “UNESCO: Education, Science and Culture”. URL: <https://www.un.org/en/academic-impact/unesco> (consultado em maio de 2022).
- YouTube (26/04/2017). “Patriotisme, nationalisme: quelles différences?” URL: <https://www.youtube.com/watch?v=b6-oadLE1Gk> (consultado em maio de 2022).